



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

MARIA CLARA SILVA MELO

Construção de saberes em agroecologia: memórias dos caminhos trilhados por
mulheres

Jaboatão dos Guararapes
2026

MARIA CLARA SILVA MELO

Construção de saberes em agroecologia: memórias dos caminhos trilhados por
mulheres

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Memorial submetido ao curso de Bacharelado em
Agroecologia da Universidade Federal Rural de
Pernambuco como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharela em Agroecologia

Orientadora: Profa. Dra. Horasa Maria Lima da
Silva Andrade

Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

M528c Melo, Maria Clara Silva.
Construção de saberes em agroecologia:
memórias dos caminhos trilhados por mulheres /
Maria Clara Silva Melo. – Recife, 2026.
76 f.; il.

Orientador(a): Horasa Maria Lima da Silva
Andrade.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Agroecologia, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Ecologia agrícola . 2. Feminismo Popular. 3.
Economia Solidária. 4. Saberes Tradicionais 5.
Protagonismo Feminino. I. Andrade, Horasa Maria
Lima da Silva, orient. II. Título

CDD 630.2745

Maria Clara Silva Melo

Construção de saberes em agroecologia: memórias dos caminhos trilhados por mulheres

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia.

Recife/PE, 11 de fevereiro de 2026.

Profa. Dra. Ana Claudia Lima e Silva
Coordenação do Curso

Banca examinadora

Profa. Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade
Orientadora

Profa. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Andrea Lorena Butto Zarzar
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico este trabalho às mulheres da minha família, às minhas amigas e à minha mãe de santo, que me ensinaram, por meio de seus saberes, afetos e resistências, a importância do cuidado, da coletividade e da luta pela vida.

AGRADECIMENTOS

Não posso jamais deixar de agradecer a minha família, que me fez entender desde criança a importância de uma educação transformadora, e que sempre foi meu porto seguro, mesmo quando não estavam próximos a mim. Meu amor por vocês é infinito, e a vocês eu devo tudo! Agradeço ao meu pai, Israel, à minha mãe, Maria de Lourdes, à minha avó, Laércia e à minha avó, Ilza, que com seu carinho, força e sabedoria sempre me inspiraram a seguir adiante.

Também quero registrar minha gratidão em memória dos meus avôs Cícero e Lindolfo, especialmente ao meu avô, João Lindolfo, que sempre cuidou de mim e me ensinou a valorizar a educação e o amor pela terra. Que este trabalho seja mais uma conquista para ele, de onde esteja, como reconhecimento de tudo que me proporcionou.

Não posso deixar de agradecer ao meu companheiro de vida, Guilherme Vinicius, por estar ao meu lado, compartilhando sonhos, desafios e conquistas, tornando minha caminhada mais leve e significativa.

Agradeço imensamente às amizades que construí durante este tempo de curso e que levarei para sempre no coração. Vocês me fortaleceram, me deram coragem e alegria em momentos que precisei. Agradeço também aos professores e professoras que me orientaram, inspiraram e desafiaram, contribuindo de forma decisiva para a minha formação acadêmica e pessoal.

Por fim, agradeço às mulheres e comunidades onde vivi experiências de aprendizado, resistência e solidariedade, especialmente nos territórios e coletivos ligados à agroecologia, economia solidária e feminismo popular. Foi com vocês que aprendi a importância do protagonismo feminino, da luta coletiva e do cuidado com a vida, e que tornaram possível a realização deste trabalho.

"As lutas das mulheres pelo controle dos meios de reprodução da vida são centrais para a construção de alternativas ao modelo capitalista dominante."
(Federici, 2017, p. 45)

RESUMO

Desde a minha infância, a relação com a terra, com os saberes tradicionais e com as práticas de cuidado comunitário constituiu a base da minha formação humana e política. Cresci em um contexto marcado pela agricultura familiar, pela medicina popular e pela centralidade das mulheres na reprodução da vida, experiências que, ao longo do tempo, dialogaram diretamente com a minha inserção no curso de Bacharelado em Agroecologia, com ênfase em Campesinato e Educação Popular – BACEP, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O objetivo deste memorial é sistematizar e refletir criticamente sobre a minha trajetória formativa, acadêmica, extensionista e política ao longo do curso, com ênfase nas experiências vivenciadas nos Estágios Supervisionados Obrigatórios I e II, bem como nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em territórios urbanos e rurais. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, fundamentada na sistematização de experiências, na observação participante, nos registros em diário de campo, na releitura de produções acadêmicas e na análise de relatórios e vivências realizadas durante as Vivências Universidade, Vivências Realidade Campo, imersões e estágios. Ao longo desse percurso, aprofundi minha compreensão da agroecologia enquanto ciência, prática e movimento social, articulada à educação popular, à economia solidária e ao feminismo popular. As experiências junto a mulheres agricultoras urbanas, feirantes, catadoras, artesãs e lideranças comunitárias, especialmente nos territórios da Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz, da Sementeira Esperança, do Grupo Mulher Maravilha e da Ecofeira da UFRPE, evidenciaram o protagonismo feminino na produção de alimentos, na comercialização solidária, na preservação dos saberes tradicionais e na organização coletiva dos territórios. A trajetória apresentada revela que a formação agroecológica se constrói de maneira indissociável da vida, da memória, da ancestralidade e da luta das mulheres, reafirmando o compromisso com a construção de sistemas alimentares justos, sustentáveis e socialmente enraizados, orientados pela justiça social, pelo cuidado com a vida e pela permanência digna das populações nos territórios.

Palavras-chave: Agroecologia; Feminismo Popular; Economia Solidária; Saberes Tradicionais; Protagonismo Feminino.

ABSTRACT

Since my childhood, the relationship with the land, traditional knowledge, and community-based care practices has constituted the foundation of my human and political formation. I grew up in a context marked by family farming, popular medicine, and the central role of women in the reproduction of life, experiences that, over time, directly dialogued with my enrollment in the bachelor's degree in Agroecology, with emphasis on Peasantry and Popular Education – BACEP, at the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE). The objective of this memorial is to systematize and critically reflect on my formative, academic, extension, and political trajectory throughout the course, with emphasis on the experiences lived during Supervised Mandatory Internships I and II, as well as teaching, research, and extension activities developed in urban and rural territories. The methodology adopted is qualitative in nature, based on the systematization of experiences, participant observation, field diary records, the review of academic productions, and the analysis of reports and experiences carried out during University Experiences, Field Reality Experiences, immersions, and internships. Throughout this path, I deepened my understanding of agroecology as a science, practice, and social movement, articulated with popular education, solidarity economy, and popular feminism. The experiences alongside urban women farmers, market vendors, waste pickers, artisans, and community leaders—especially in the territories of the Guerreiras de Palha do Arroz Community Garden, Sementeira Esperança, Grupo Mulher Maravilha, and the UFRPE Ecofair highlighted women's protagonism in food production, solidarity-based commercialization, preservation of traditional knowledge, and collective territorial organization. The trajectory presented reveals that agroecological education is built inseparably from life, memory, ancestry, and women's struggles, reaffirming the commitment to building fair, sustainable, and socially rooted food systems, guided by social justice, care for life, and the dignified permanence of populations in their territories.

Keywords: Agroecology; Popular Feminism; Solidarity Economy; Traditional Knowledge; Women's Protagonism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Família Vieira Silva – Rua Estêvão Inácio– Sanharó, 1994	20
Figura 2 - Entrada do Sítio de Dona Ilza, localizado na comunidade rural Lagoa do Cercado, município de Sanharó–PE.	24
Figura 3 - Minha formatura no IFPE – Campus Belo Jardim, 2021.	27
Figura 4 - Mapa do território de Sanharó elaborado no componente “Conhecer o etnoagroecossistema”.	35
Figura 5 - Lucineide apresentando o cultivo de algodão em seu etnoagroecossistema na comunidade Laje do Gato.	39
Figura 6 - Painel do SENASEC exposto na UFPE, durante atividade formativa voltada à soberania e segurança alimentar e nutricional	42
Figura 7 - Mesa comemorativa do aniversário de 1 ano da Ecofeira da Rural, realizada na UFRPE.	45
Figura 8 - Dona Alda, integrante do grupo Guerreiras Quilombolas, no preparo da massa de mandioca para a produção do beiju, na casa de farinha do Quilombo Castainho (Garanhuns–PE).	48
Figura 9 - a) Interação entre estudantes universitários no manejo da horta; b) integrantes da Horta Popular Agroecológica Dandara, participantes da Escola das Marias e membros do Centro Sabiá.	52
Figura 10 - Capa do pôster educativo.	55
Figura 11 - Apresentação do grupo Metro Matas.	55
Figura 12 - a) Planejamento coletivo na Horta Comunitária para a SBPC; b) Mutirão de manejo na horta.	59
Figura 13 - a) Registro coletivo com as mulheres na roda de conversa; b) vista parcial da horta da Sementeira Esperança.	60
Figura 14 - a) Mulheres da Rede de Comercialização na Ecofeira da UFRPE; b) Dona Vastir expondo produtos durante a 77ª Reunião Anual da SBPC.	62
Figura 15 - Ação de organização de fotografias e registros históricos do Grupo Mulher Maravilha, destacando a sistematização da memória coletiva como ferramenta pedagógica e política.	66
Figura 16 - Dona Menta ministrando aula de bordado e crochê no Grupo Mulher Maravilha.	68

Figura 17 - Mulheres integrantes do Grupo Mulher Maravilha recebendo certificado do curso de bordado, refletindo a articulação entre aprendizagem técnica, memória e autonomia feminina. 69

Figura 18 - Mandala elaborada pelas mulheres do Grupo Mulher Maravilha, mostrando o processo desde o desenho inicial até o bordado final, articulando criatividade, memória e cuidado coletivo. 70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
BACEP	Bacharelado em Agroecologia
BEXT	Bolsa de Extensão da UFRPE
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CCC	Circuitos Curtos de Comercialização
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ECOFEIRA DA RURAL	Feira da Agricultura Familiar, Agroecologia e Economia Solidária da UFRPE
ESO I	Estágio Supervisionado Obrigatório I
ESO II	Estágio Supervisionado Obrigatório II
GMM	Grupo Mulher Maravilha
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
INCUBACOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE
IPA	Instituto Agrônomo de Pernambuco
MCP	Movimento Camponês Popular
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PET	Programa de Educação Tutorial
PSA	Programa Socioambiental
SENASES	Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Rural Federal de Pernambuco
VRC	Vivência Realidade Campo
VU	Vivência Universidade

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.1 METODOLOGIA	28
2. LINHA DO TEMPO - PRINCIPAIS FATOS DA MINHA BIOGRAFIA ACADÊMICA.....	33
3. ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS OBRIGATÓRIOS I E II: PROTAGONISMO FEMININO, AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS.....	57
4. CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS.....	74

1 INTRODUÇÃO

Sou filha de uma empregada doméstica e de um pedreiro, e neta de agricultores familiares que, mesmo sem acesso à educação formal, construíram suas trajetórias de vida a partir da terra, do trabalho, da solidariedade e da sabedoria transmitida entre gerações.

Nasci no município de Pesqueira, no Agreste pernambucano, e fui criada em Sanharó, território inserido na bacia leiteira do Agreste de Pernambuco, a aproximadamente 196 km da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

A minha vida esteve ligada ao campo desde a infância, período no qual aprendi a plantar sementes, observar os ciclos da natureza, colher alimentos, cuidar dos animais e preparar remédios caseiros com minhas avós práticas essenciais para a reprodução da vida no campo e para a manutenção da saúde comunitária.

Os saberes que compõem minha formação foram construídos ao lado de meus avós maternos Ilza Vieira Da Silva e João Lindolfo Da Silva, agricultores familiares, analfabetos, trabalhadores do roçado desde a infância, cuja existência sempre esteve alicerçada no respeito à terra e na convivência sustentável com o semiárido. Na Figura 1, a seguir, apresenta-se a composição familiar Vieira Silva.

Figura 1 - Família Vieira Silva – Rua Estêvão Inácio– Sanharó, 1994



Obs: na imagem mostra meus avós maternos Ilza e João Lindolfo, e por seus filhos: Herculano, Luciano, João Paulo, Orlando, Maria Aparecida e minha mãe, Maria de Lourdes.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2013.

Minha avó Ilza, nascida em Sanharó em 1954, e meu avô João, natural de Bonito e nascido em 1941, foram os primeiros responsáveis por me ensinar sobre resistência, autonomia e dignidade no campo. Desde muito cedo participei do plantio consorciado, do manejo de grãos como milho, feijão-de-corda e fava, e de raízes como batata-doce e macaxeira, além da manutenção da agrobiodiversidade e do uso de práticas tradicionais de convivência com o semiárido, como o aproveitamento das águas cinzas, a cobertura morta com restos de poda e o uso consciente da lenha obtida exclusivamente das podas, de modo a preservar o agroecossistema. Esses saberes, ainda que construídos empiricamente, dialogam diretamente com a concepção contemporânea da agroecologia enquanto ciência, prática e movimento social, que integra múltiplos conhecimentos e valoriza a sustentabilidade dos agroecossistemas, como afirma Castro (2025, p. 44).

Além da influência dos meus avós maternos, minha formação também foi profundamente marcada pelos saberes transmitidos pelos meus avós paternos, Laércia Da Silva Melo e Cícero Ferreira De Melo. Minha avó Laércia, dona de casa, tal como minha avó Ilza, sempre cultivou uma relação profunda com o cuidado e com os conhecimentos tradicionais. Meu avô Cícero, pedreiro contratado pela prefeitura da cidade, mantinha uma relação muito particular com a terra e com o cuidado comunitário. Eles tiveram quatro filhos, incluindo meu pai, o mais velho entre eles. A família sempre residiu no bairro do Esplendor, uma área periférica de Sanharó. Ali, mantinham um pequeno roçado localizado em uma serra atrás do bairro, espaço onde diversas famílias também cultivavam. Aos finais de semana, frequentávamos esse roçado para plantar, colher e vivenciar momentos de lazer e convivência familiar.

Na casa dos meus avós paternos, sempre existiu um espaço destinado às plantas medicinais e às práticas da medicina popular, que faziam parte da rotina familiar e das formas de cuidado com a saúde. Minha avó recorria a chás e banhos, reproduzindo práticas ancestrais que resistiram mesmo diante da crescente hegemonia do sistema biomédico. Essas práticas compunham uma rede de cuidado comunitário que se articulava não apenas pelo uso das plantas, mas também pelas relações de solidariedade e pelo entendimento da saúde como um processo integral que envolve dimensões espirituais, sociais e culturais concepções amplamente presente nas comunidades rurais.

De acordo com Vilar et al. (2019), a medicina popular e a saúde comunitária oferecem um cuidado integral às pessoas, valorizando suas origens históricas e espirituais. Em muitos territórios rurais, como aqueles que marcaram a trajetória da minha família, a ausência ou a insuficiência das políticas públicas de saúde torna as práticas tradicionais não apenas uma alternativa, mas, muitas vezes, o principal recurso disponível diante da falta de profissionais, da distância dos centros urbanos e do alto custo dos serviços formais.

Meus avós sempre relatavam que seus antepassados traziam marcas de ascendência indígena, memória que se dispersou ao longo do tempo, mas que permanece viva nos modos de curar, plantar e se relacionar com a natureza. Esses saberes ancestrais resistem apesar da marginalização histórica imposta pelos sistemas oficiais de saúde e possuem enorme relevância cultural, social e espiritual, aspectos que hoje reconheço como parte fundamental da minha identidade camponesa e da minha compreensão sobre agroecologia, território e cuidado.

O modo de vida rural em que fui criada sempre esteve sustentado em dinâmicas de interdependência entre plantas, animais e pessoas. No sítio, o esterco dos animais é utilizado como adubo natural, devolvendo ao solo os nutrientes necessários ao cultivo das roças, enquanto o leite das vacas constitui uma das principais fontes de renda da família. O leite é comercializado diariamente para fábricas locais de queijo e derivados, exigindo deslocamentos pela manhã e ao final da tarde, geralmente realizados por meu tio ou por um dos meus irmãos. Assim, a produção agrícola e pecuária não apenas sustenta economicamente a família, reafirma valores de reciprocidade, responsabilidade e cuidado que estruturam a vida camponesa, uma vez que as relações sociais no campesinato se organizam a partir de dinâmicas de cooperação, interdependência e compromisso coletivo com a reprodução da vida (Alentejano, 2014; Ploeg, 2008).

Entretanto, a vida na roça sempre foi marcada por desafios. A falta de água encanada era um dos mais constantes. As chuvas frequentemente atrasavam, e o trabalho parecia não ter fim, dividido entre afazeres domésticos, cuidados com os animais, manutenção do roçado e outras atividades essenciais à sobrevivência da família. Apesar das dificuldades, havia gratificação e orgulho na fartura dos alimentos produzidos, reforçando o sentido de autonomia e pertencimento característico da agricultura familiar.

Minha avó relatava repetidamente que, para manter as mudas durante a estiagem, ela, minha mãe e minha tia precisavam buscar água na cabeça, caminhando cerca de 1 km diariamente até a fonte mais próxima. Essa água servia para irrigar as plantas e para todas as necessidades domésticas: cozinhar, lavar, beber e cuidar dos animais. Era um trabalho árduo e exaustivo, sobretudo para as mulheres, mas indispensável para garantir a sobrevivência da produção e da família.

A realidade começou a se transformar em 2012, quando uma cisterna de 16 mil litros foi construída no sítio por meio do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)¹. A chegada da cisterna modificou de forma significativa a rotina da família, especialmente o trabalho das mulheres, reduzindo o esforço físico diário e garantindo maior segurança hídrica durante a estiagem. Ainda assim, o acesso à água encanada instalou-se na comunidade muitos anos depois, e as dificuldades persistem até hoje, evidenciando que o direito à água permanece insuficientemente garantido no território.

Minha trajetória tem como raízes a história das mulheres da minha família. Trago comigo a força da minha mãe, a sabedoria da minha avó e a ancestralidade da minha bisavó materna, Dona Maria Herculano, atualmente com 90 anos, guardiã de saberes tradicionais transmitidos oralmente. Tanto minha avó quanto minha bisavó foram referências no uso de plantas medicinais, nas orações, nas benzeduras e no acolhimento comunitário. Essas práticas constituíram minha iniciação no universo da cura popular, reforçando a centralidade das mulheres na manutenção da saúde das famílias rurais. Segundo Melo, Santos e Coelho-Ferreira (2021), os saberes tradicionais sobre plantas medicinais promovem autonomia, identidade e empoderamento comunitário, elementos vivenciados cotidianamente em minha família.

A Figura 2 apresenta a entrada do sítio de minha avó, localizado na comunidade rural Lagoa do Cercado, no município de Sanharó (PE), a aproximadamente 9,7 km do centro da cidade e próximo ao distrito de Mulungu. Trata-se de um território que integra de forma profunda minha

¹ O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) tem como objetivo garantir o acesso à água para consumo humano no Semiárido por meio da captação e armazenamento da água da chuva em cisternas de placas de cimento com capacidade de 16 mil litros, construídas ao lado das residências. Trata-se de uma tecnologia social de baixo custo, que utiliza o telhado das casas como área de captação, associada a uma metodologia participativa que envolve a mobilização e a formação das famílias, fortalecendo a compreensão da água como direito e da cisterna como uma conquista coletiva.

história de vida, identidade e formação, sendo o espaço onde cresci e construí minhas primeiras relações com a terra, a família e a coletividade.

Atualmente, duas famílias residem na propriedade: minha avó, que vive com meu irmão Ítalo, e meu tio Luciano, que mora na área adjacente do sítio junto com sua esposa. Meus avós tiveram seis filhos; dois permanecem no sítio, enquanto minha mãe e uma de minhas tias residem na zona urbana, no mesmo bairro, e outro filho vive atualmente no estado da Bahia, com sua família.

Esta é a segunda propriedade adquirida por meus avós. A primeira, comprada no ano de 2003, foi o local onde passei grande parte da minha infância, convivendo cotidianamente com meus irmãos e primos. Esses espaços foram fundamentais para a construção dos meus vínculos afetivos e para o aprendizado sobre o modo de vida camponês, marcado pela solidariedade, pelo cuidado com a terra e pelo trabalho coletivo.

Meu avô, falecido em 2017, deixou como legado a forma cuidadosa, respeitosa e comunitária com que manjava a terra e se relacionava com o território. Seus ensinamentos, transmitidos por meio da prática cotidiana, influenciaram diretamente minha compreensão sobre o valor do trabalho no campo, da convivência familiar e da relação harmoniosa entre seres humanos e natureza, elementos que hoje dialogam com minha formação em agroecologia.

Figura 2 - Entrada do Sítio de Dona Ilza, localizado na comunidade rural Lagoa do Cercado, município de Sanharó-PE.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2026.

A propriedade mantém-se como espaço vivo de memória, afeto e produção. Parte do terreno é arrendada para cultivo de culturas anuais, enquanto a área manejada diretamente pela família é dedicada ao cultivo de grãos, criação de galinhas de ecótipos locais, vacas, aves, bodes e cabras, além da produção de palma forrageira para alimentação animal. Aos finais de semana, minha mãe desloca-se ao sítio para auxiliar nos serviços domésticos, uma vez que minha avó, já idosa, apresenta limitações físicas para realizar todas as atividades. Observar, alimentar os animais, acompanhar os ciclos das plantas e conviver diariamente com galinhas, galos, vacas, bezerros, cães e gatos ensinou-me sobre responsabilidade, sensibilidade e interdependência. Os vínculos estabelecidos entre plantas, animais e pessoas estruturam o agroecossistema familiar e sustentam a vida no campo.

A saúde sempre foi um desafio para minha família, reflexo da ausência histórica de políticas públicas voltadas às populações rurais. Minha avó, minha mãe e minha bisavó foram responsáveis pelo cuidado doméstico com a saúde, utilizando remédios caseiros e plantas medicinais diante das dificuldades de acesso à assistência médica. Minha avó relatava longas viagens em carroça ou transportes improvisados para buscar atendimento, revelando desigualdades territoriais que atravessam especialmente a vida das mulheres rurais. Esses

relatos convergem com estudos sobre medicina popular, que evidenciam o protagonismo das mulheres na transmissão de saberes de cura e na garantia do bem-estar familiar.

Minha mãe, Maria de Lourdes Vieira Silva, sempre foi uma referência de coragem e resiliência. Empregada doméstica, mãe de quatro filhos, Matheus, eu (a única mulher), Ítalo e João Vitor e concluindo atualmente o curso técnico em enfermagem, ela sempre conciliou trabalho, maternidade e estudo, evidenciando seu compromisso com a formação e o cuidado com a família. Meu pai, Israel Da Silva Melo, pedreiro, estudou até a 4ª série do ensino fundamental, mas transmitiu valores como honestidade, respeito e responsabilidade, que se tornaram pilares da minha formação ética. Meus pais sempre foram trabalhadores; meu pai frequentemente viajava para outras cidades e estados em busca de emprego, enquanto minha mãe permanecia como trabalhadora doméstica. Durante a infância, meus irmãos e eu ficávamos sob os cuidados dos meus avós para que meus pais pudessem trabalhar. Sempre moramos em bairros periféricos da cidade.

Em 2014, fomos contemplados com uma casa própria pelo programa Minha Casa, Minha Vida², o que nos permitiu deixar o aluguel e ajudou a estabelecer um novo ciclo de estabilidade. Essa transição entre o sítio e a periferia ampliou minha compreensão sobre desigualdade, resistência e territorialidade.

Em 2019, iniciei o Ensino Médio integrado ao curso técnico em Agropecuária no IFPE – Campus Belo Jardim, formação que marcou profundamente minha trajetória. Ali pude articular os conhecimentos científicos às práticas aprendidas desde a infância. Disciplinas como produção vegetal, zootecnia, irrigação e drenagem, manejo e conservação dos solos, administração rural, mecanização agrícola e sustentabilidade ampliaram meu entendimento sobre os agroecossistemas e reforçaram meu compromisso com a agricultura sustentável. A seguir, na Figura 3, apresento um registro do momento da minha formatura no IFPE – Campus Belo Jardim. Essa etapa marcou uma das fases mais significativas da minha trajetória acadêmica, representando a consolidação da minha formação técnica em Agropecuária e o fortalecimento do meu compromisso com a agroecologia.

² O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é uma iniciativa habitacional do governo federal do Brasil, criada pelo presidente Lula em março de 2009. Gerenciado pelo Ministério das Cidades, o programa oferece subsídios e taxas de juros reduzidas para tornar mais acessível à aquisição de moradias populares, tanto em áreas urbanas quanto rurais, para combater o déficit habitacional no País

Figura 3 - Minha formatura no IFPE – Campus Belo Jardim, 2021.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Foi nesse período que percebi que muitos dos saberes cultivados por minha família ao longo das gerações estavam diretamente alinhados aos princípios da agroecologia.

Por isso, ao escolher o Bacharelado em Agroecologia da UFRPE³, portanto, um movimento de continuidade histórica. Como afirma Castro (2025, p. 5), a agroecologia, ao adotar uma perspectiva interdisciplinar, permite compreender os impactos sociais, ambientais e econômicos da agricultura, orientando soluções integradas aos desafios contemporâneos. Essa compreensão orienta minha atuação como estudante, extensionista e pesquisadora em formação, comprometida com a educação popular, a economia solidária, o feminismo popular, a soberania e a segurança alimentar, além da valorização dos saberes ancestrais.

Minha família sempre lutou pela permanência digna no campo. Hoje, eu, como técnica agrícola e graduanda do curso de Bacharelado em Agroecologia da UFRPE, e meus irmãos buscamos evitar o êxodo rural e assegurar a sucessão familiar na agricultura, valorizando a produção de base agroecológica e os saberes herdados.

³ O Bacharelado em Agroecologia da UFRPE foi aprovado com esse nome, mas foi inicialmente proposto com o nome Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular - BACEP.

Minha inserção inicial em ações socioambientais ocorreu ainda na adolescência, quando participei de grupos de jovens e desenvolvi trabalho voluntário como agente multiplicadora ambiental no Programa Socioambiental (PSA) de Ipojuca, em 2018. Esse envolvimento reforçou meu compromisso com a educação ambiental, com o cuidado coletivo e com a construção de territórios mais sustentáveis.

Hoje, reconheço-me como uma mulher periférica, futura educadora popular e defensora da agroecologia enquanto prática, ciência e movimento político. Busco construir pontes entre o conhecimento acadêmico e os saberes tradicionais das comunidades rurais e periféricas, fortalecendo práticas sustentáveis e socialmente justas. Meu compromisso é seguir preservando e difundindo os conhecimentos herdados de meus avós e bisavó, saberes que constituem a base da resistência e da permanência das famílias agricultoras no campo.

1.1 METODOLOGIA

Neste memorial apresento minha trajetória na UFRPE, iniciada em agosto de 2021.2, quando ingressei no curso, até março de 2026 (final do curso). Para realizá-lo fiz a releitura de textos indicados pelos docentes, análise de trabalhos realizados no âmbito do curso, análise dos relatórios sobre as experiências vividas nos estágios e nos territórios que visitamos durante as imersões e atividades durante as VRC's⁴.

A ideia de realização deste memorial surgiu da necessidade de sistematizar a minha trajetória formativa e as experiências vividas ao longo do curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com ênfase nas atividades desenvolvidas durante os Estágios Supervisionados Obrigatórios I e II (ESO I e ESO II). Ao longo do curso, especialmente a partir da minha aproximação com a Incubadora de Cooperativas Populares da UFRPE (Incubacoop), passei a vivenciar de forma mais direta os

⁴ O Curso organiza-se em dois momentos formativos articulados: o período denominado Vivência Universidade (VU), realizado no espaço acadêmico, e o período de Vivência da Realidade do Campo (VRC), desenvolvido nos territórios de origem das/os estudantes ou em territórios por elas/es adotados. A VRC considera aspectos relacionados ao campesinato e/ou à agroecologia. No âmbito do BACEP, o território onde ocorre a VRC é denominado etnoagroecossistema, por contemplar as múltiplas dimensões sociais, culturais, produtivas, ecológicas e políticas que constituem o espaço vivido.

princípios da economia solidária, da extensão universitária e da articulação entre universidade e territórios populares.

Minha atuação junto à Incubacoop e à Ecofeira da UFRPE foi fundamental para a escolha dos locais de estágio, pois esses espaços possibilitaram o contato contínuo com mulheres agricultoras urbanas, feirantes e integrantes de coletivos vinculados à Rede de Comercialização da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Na Ecofeira, participei de atividades de apoio à comercialização, organização dos espaços, diálogo com consumidoras(es) e acompanhamento dos processos de venda de produtos agroecológicos, o que me permitiu compreender, na prática, os desafios e potencialidades da comercialização solidária e do trabalho coletivo realizado pelas mulheres.

Nesse contexto, o ESO I foi realizado na Sementeira Esperança, localizada na Comunidade 15 de novembro, no município de Paulista/PE, e na Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz, situada no bairro de Campo Grande, Recife/PE. A escolha desses territórios se deu por estarem diretamente vinculados às práticas de agroecologia urbana, economia solidária e feminismo popular, além de integrarem redes organizativas construídas por mulheres que articulam produção, formação política e geração de renda. O estágio foi conduzido sob a supervisão da professora Andrea Lorena Butto Zarzar e orientação da professora Horasa Maria Lima da Silva Andrade, proporcionando um acompanhamento pedagógico que fortaleceu a articulação entre teoria, prática e reflexão crítica.

A partir dessas vivências, emergiu a necessidade de sistematizar as práticas agroecológicas, os processos organizativos e os conhecimentos tradicionais compartilhados pelas mulheres agricultoras urbanas dos territórios acompanhados, considerando que tais saberes são, historicamente, invisibilizados e pouco reconhecidos nos espaços acadêmicos. Assim, este memorial tem como base uma abordagem qualitativa, fundamentada na sistematização de experiências, articulando agroecologia, educação popular, economia solidária e feminismo popular.

Para a construção deste memorial, realizei a releitura de textos indicados ao longo do curso, bem como a análise de trabalhos acadêmicos desenvolvidos nas disciplinas e dos relatórios de estágio e registros produzidos durante as experiências formativas vivenciadas nos territórios da Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz, da Sementeira Esperança, na Comunidade 15 de novembro, e do Grupo Mulher Maravilha. Esses materiais foram

fundamentais para sistematizar os aprendizados construídos ao longo dos Estágios Supervisionados no curso (ESO I), articulando teoria e prática.

O roteiro inicial deste memorial começou a ser elaborado durante o próprio ESO I, a partir da observação participante, do registro em diário de campo, dos diálogos coletivos e da participação direta nas atividades desenvolvidas nos territórios. Entre essas atividades destacam-se os mutirões agroecológicos, o plantio e manejo coletivo das hortas, as oficinas de bordado, o beneficiamento de alimentos, as ações de cuidado e uso de plantas medicinais e a comercialização de produtos agroecológicos em feiras, produzidos e organizados pelas mulheres dos coletivos.

Essas vivências me permitiram compreender, na prática, a agroecologia como um processo coletivo, que envolve trabalho, cuidado, partilha de saberes e organização política. A convivência cotidiana com essas mulheres possibilitou aprender sobre o manejo agroecológico do solo e das plantas, os processos de produção e comercialização solidária, e, sobretudo, sobre o protagonismo feminino na construção de alternativas econômicas e sociais nos territórios populares. Além disso, essas experiências contribuíram para ampliar minha percepção sobre a relação entre agroecologia, economia solidária e feminismo popular, fortalecendo minha formação crítica e meu compromisso ético-político com esses campos.

Posteriormente, o roteiro inicial deste memorial foi revisado, ampliado e aperfeiçoado a partir das reflexões produzidas durante o ESO II, realizado no Grupo Mulher Maravilha, localizado no bairro de Nova Descoberta, Recife/PE. Nesse espaço, acompanhei atividades voltadas à geração de renda por meio do artesanato e da comercialização solidária, articuladas a processos de formação política e organização coletiva das mulheres. Essa experiência aprofundou minha compreensão sobre a relação entre trabalho produtivo, autonomia econômica e empoderamento feminino. As aprendizagens acumuladas ao longo da minha trajetória acadêmica e extensionista permitiram consolidar uma sistematização coerente com os princípios da agroecologia, da educação popular e da economia solidária, que orientam este memorial.

As mulheres que participaram das experiências sistematizadas neste memorial são agricultoras urbanas, feirantes, catadoras, artesãs e lideranças comunitárias, vinculadas a coletivos populares que atuam na agroecologia urbana, na economia solidária e no feminismo popular, em territórios da Região Metropolitana do Recife. Durante os estágios, essas mulheres

tiveram papel central na minha formação acadêmica, política e humana, ao compartilhar saberes, práticas produtivas e formas de organização coletiva construídas a partir da experiência cotidiana com a terra e com o território.

Na Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz, tive a oportunidade de conviver com mulheres agricultoras urbanas que atuam no cultivo agroecológico de alimentos, no manejo coletivo da horta, no cuidado com a terra e na comercialização da produção em feiras agroecológicas. Suas práticas expressam conhecimentos tradicionais e estratégias de resistência que fortalecem a soberania alimentar e a economia solidária no território.

Na Sementeira Esperança, localizada na Comunidade 15 de Novembro, acompanhei o trabalho de mulheres envolvidas em atividades relacionadas ao plantio, à produção de mudas, à organização comunitária e à articulação com redes de comercialização solidária. Sua atuação está diretamente ligada à construção coletiva da agroecologia urbana e à participação em processos formativos e extensionistas, especialmente no diálogo com a universidade.

Já em um coletivo de mulheres voltado à geração de renda, convivi com integrantes que desenvolvem atividades de beneficiamento e comercialização de produtos, como bordados e outros itens produzidos por mulheres da comunidade, articulando o trabalho produtivo à formação política e ao fortalecimento da autonomia econômica feminina. Nesse espaço, o trabalho coletivo se afirma como estratégia de empoderamento e de enfrentamento às desigualdades sociais e de gênero.

Essas mulheres foram incluídas neste memorial por representarem, de forma concreta, os saberes tradicionais, as práticas agroecológicas e os processos de organização comunitária que fundamentam a agroecologia urbana e a economia solidária, constituindo referências fundamentais para a minha trajetória formativa.

O trabalho de campo realizado junto a essas participantes envolveu observação direta das áreas de cultivo, participação em mutirões, diálogos informais, registros fotográficos e caminhadas pelos espaços produtivos. Essas práticas metodológicas possibilitaram uma compreensão mais aprofundada sobre os usos e significados atribuídos às plantas, especialmente às plantas medicinais, bem como sobre a dinâmica dos quintais produtivos e das hortas comunitárias, o cuidado coletivo com o território e os processos de transmissão intergeracional de saberes. Durante essas atividades, as participantes compartilharam histórias, memórias e explicações sobre o uso das plantas, evidenciando como esses conhecimentos estão

diretamente relacionados às suas trajetórias de vida e à sua identidade enquanto agricultoras urbanas.

A partir dessas vivências, organizei registros detalhados sobre as espécies de plantas medicinais presentes nos territórios, como a aroeira⁵, contemplando seus nomes populares e científicos, formas de uso, partes utilizadas e ambientes de ocorrência. Essa sistematização, construída a partir da observação participante e do diálogo com as mulheres dos territórios, tem como perspectiva contribuir para o resgate e a valorização desses saberes, reconhecendo-os como patrimônio coletivo das mulheres que os constroem, transmitem e mantêm ao longo do tempo. Além disso, busca subsidiar futuras iniciativas de formação, cuidado em saúde e produção agroecológica nos territórios acompanhados.

No que se refere às questões éticas, optou-se pela preservação da identidade das participantes, garantindo uma postura ética, respeitosa e comprometida com a proteção de suas trajetórias e experiências. A anonimização não diminui o reconhecimento de seus saberes, mas reafirma o compromisso metodológico com a ética na pesquisa e com o respeito às mulheres agricultoras urbanas.

Dessa forma, compreendo que este memorial dialoga com perspectivas da etnociência, entendida como o campo de estudos que investiga os sistemas de conhecimento produzidos por diferentes grupos sociais acerca da natureza, classificando, nomeando e atribuindo sentidos aos elementos do mundo natural a partir de suas próprias lógicas culturais (Toledo; Barrera-bassols, 2009). Nessa perspectiva, os saberes das mulheres agricultoras urbanas sobre o cultivo, o manejo e o uso das plantas medicinais constituem formas legítimas de conhecimento, historicamente construídas e socialmente transmitidas.

O memorial também se articula ao feminismo popular e à educação popular, ao evidenciar a relevância dos saberes femininos no campo da agroecologia. Ao sistematizar essas experiências a partir da minha vivência nos estágios supervisionados, busco contribuir para a

⁵ O sabonete de aroeira, produzido artesanalmente por mulheres do território, é um produto de origem natural amplamente reconhecido por suas propriedades adstringentes, anti-inflamatórias, cicatrizantes, antissépticas, antifúngicas e antibacterianas. É especialmente indicado para peles oleosas e acneicas, por auxiliar no controle da oleosidade, no tratamento de espinhas, cravos e manchas, além de favorecer a regeneração da pele. Também é utilizado na limpeza profunda da pele e no tratamento de problemas dermatológicos, como frieiras, rachaduras e processos inflamatórios. Em alguns contextos, é empregado como sabonete íntimo; contudo, seu uso deve ser realizado com cautela, a fim de evitar possíveis irritações, respeitando as orientações tradicionais e os limites de cada organismo.

valorização, preservação e reconhecimento desses conhecimentos como dimensões fundamentais para a construção de territórios mais justos, solidários e sustentáveis.

Tal compreensão aproxima-se do feminismo popular latino-americano, que reconhece as mulheres como sujeitas políticas e produtoras de conhecimento, especialmente nos territórios rurais e periféricos, onde seus saberes estão diretamente vinculados à reprodução da vida, ao cuidado com a terra e à resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento (Siliprandi, 2015).

2. LINHA DO TEMPO - PRINCIPAIS FATOS DA MINHA BIOGRAFIA ACADÊMICA

Após concluir o Ensino Médio no ano de 2021, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE, em Belo Jardim., vivi um período intenso de reflexões sobre meu futuro e sobre a possibilidade de permanecer ou não na minha comunidade de origem. Crescer em uma família com raízes profundas na agricultura familiar sempre moldou meu olhar sobre o mundo e influenciou diretamente minhas escolhas. Assim, ao longo de 2022, fui amadurecendo o desejo de continuar estudando e de ingressar em uma área que dialogasse com minha história, meus valores e minha vivência no campo.

Em 2022, decidi participar do processo seletivo do Bacharelado em Agroecologia da UFRPE, movida pela vontade de aprofundar meus conhecimentos sobre práticas sustentáveis e fortalecer meu compromisso com o cuidado à terra, aos alimentos e às pessoas. Fui aprovada para o semestre 2021.2 como definido pelo calendário acadêmico da universidade e essa aprovação representou um marco fundamental na minha trajetória acadêmica e pessoal.

Como morava com meus pais em Sanharó, região do Agreste de Pernambuco, enfrentei um dos primeiros desafios: a necessidade de me deslocar para Recife para acompanhar as atividades da universidade. Por isso, vim morar em uma república composta por estudantes universitários de Sanharó, um espaço que se tornou essencial para minha adaptação à vida acadêmica. Como eu não trabalhava naquele período, meus familiares me ajudavam com as despesas básicas, e esse apoio coletivo foi determinante para que eu conseguisse permanecer no curso.

A convivência com outros estudantes, que também viviam desafios semelhantes, fortaleceu meu senso de pertencimento e me ajudou a construir uma rotina mais organizada e coerente com as exigências da formação.

O curso funciona em regime de alternância, metodologia que integra momentos de formação na universidade e no território de cada estudante. Nas Vivências Universidade (VUs), participei de aulas, oficinas, rodas de diálogo e atividades teóricas fundamentais para a compreensão dos agroecossistemas e de seus elementos socioculturais, econômicos, ambientais e políticos. Já as Vivências Realidade Campo (VRCs) me permitiram aplicar esses conhecimentos, na prática, seja no meu território, seja em outros agroecossistemas adotados ao longo do curso. Nessas vivências, compreendi profundamente a importância do trabalho coletivo, da troca de saberes e da relação intrínseca entre teoria e prática, fundamentos essenciais da formação agroecológica.

As Imersões também tiveram papel central na minha trajetória. Por meio dessas visitas, conheci experiências exitosas de agroecologia em municípios de Pernambuco e outros territórios do Nordeste. Esses momentos expandiram meu olhar para as diversas realidades, tecnologias sociais, formas de organização comunitária e estratégias de convivência com o semiárido e com outros biomas.

Outro elemento estruturante do curso são as Culminâncias, apresentações criativas e lúdicas que sintetizam os aprendizados de cada período, podendo assumir formatos como programas de rádio, peças teatrais, poemas, narrativas, dramatizações ou novelas. A participação nessas atividades me ensinou a comunicar ideias de maneira sensível, crítica e coletiva, fortalecendo minha expressão e minha compreensão das dimensões humanas e políticas da agroecologia.

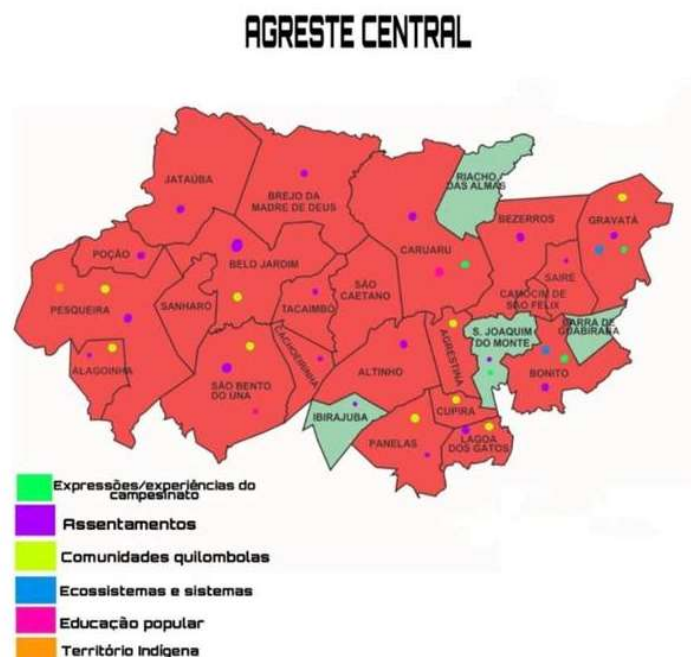
No entanto, junto a essas novas oportunidades, surgiram desafios significativos. Como o curso funciona em regime de alternância, precisei administrar deslocamentos, responsabilidades domésticas na república, demandas familiares e momentos de instabilidade financeira. Além disso, parte da minha formação coincidiu com o contexto pós-pandemia, em 2022, marcado por dificuldades pedagógicas, emocionais e estruturais. A ausência de interação presencial em alguns períodos afetou minha motivação, mas o apoio de colegas, professoras e professores, assim como meu compromisso com a formação agroecológica, foram fundamentais para minha permanência.

Apesar dos desafios, esse período foi também de muito aprendizado. Desenvolvi resiliência, reorganizei minha rotina e encontrei novas formas de me dedicar aos estudos. As VRCs permitiram que eu mantivesse viva minha conexão com a terra e com minha comunidade e também com outras comunidades que adotei ao longo do curso. As VUs e as Imersões me inseriram em debates mais amplos sobre sustentabilidade, soberania alimentar, economia solidária, feminismo popular, justiça ambiental e dignidade no campo. Todas essas vivências pessoais, comunitárias, formativas e profissionais passaram a compor, de forma indissociável, o caminho que venho construindo como graduanda do Bacharelado em Agroecologia.

Essa trajetória evidencia que a formação não acontece de maneira individual, mas profundamente coletiva. Minha família, meus professores, colegas de curso, vizinhos, comunidades rurais, instituições como a UFRPE e todos os espaços de convivência e estudo fazem parte desta caminhada. Cada desafio enfrentado, cada apoio recebido e cada conquista alcançada integram a linha do tempo da minha vida acadêmica, fortalecendo minha identidade enquanto futura agroecóloga.

A partir daqui, apresentarei os componentes curriculares e algumas temáticas do BACEP que foram mais significativas e contribuíram para aperfeiçoar os meus aprendizados. No primeiro período, cursei o componente curricular “Conhecer o etnoagroecossistema”. Na Figura 4 temos o mapa do meu território de Sanharó, feito no âmbito desse componente, onde eu mapeei as associações existentes na região, as expressões e experiências agroecológicas, territórios indígenas, terras quilombolas, assentamentos, políticas públicas de acesso à água etc.

Figura 4 - Mapa do território de Sanharó elaborado no componente “Conhecer o etnoagroecossistema”.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

No 2º período do curso, cursei o componente curricular “Diagnosticar o etnoagroecossistema”, no qual tivemos uma abordagem específica sobre as relações étnico-raciais, ministrada pelo professor Aristeu. As discussões realizadas ao longo da disciplina não se limitaram a conteúdos teóricos, mas provocaram reflexões profundas sobre identidade, território e história, despertando em mim memórias e questionamentos que, até então, permaneciam de certa forma adormecidos. Esse processo me levou a refletir sobre a minha identidade étnico-racial e sobre a história do meu grupo familiar, marcada por experiências de negação, silenciamento e apagamento da ancestralidade indígena.

Ao longo das aulas, compreendi que as relações étnico-raciais no Brasil são atravessadas por processos históricos de colonização, violência e dominação que, em muitos casos, dificultaram ou impediram a afirmação das identidades dos povos originários. Fatores como o medo, a vergonha e a imposição de um modelo social hegemônico contribuíram para a marginalização dos saberes, das culturas e dos modos de vida tradicionais. Essas reflexões me permitiram reconhecer como tais processos influenciaram diretamente a forma como, durante a minha infância, eu compreendia ou deixava de compreender a minha própria identidade.

Essa vivência formativa no 2º período foi fundamental para ampliar minha leitura crítica sobre o território, os saberes tradicionais e as dimensões culturais que atravessam os agroecossistemas. Posteriormente, esses aprendizados dialogaram diretamente com as experiências vividas nos estágios, especialmente no contato com mulheres agricultoras urbanas, guardiãs de saberes e práticas agroecológicas, reforçando a compreensão de que a agroecologia não se constrói apenas a partir de técnicas produtivas, mas também do reconhecimento das identidades, das memórias e das histórias dos sujeitos que constroem os territórios.

No início do terceiro semestre do curso de Bacharelado em Agroecologia, participei da Vivência Universidade (VU), articulada ao componente curricular “Planejamento do Etnoagroecossistema”, cursado no 3º período. Nesse componente, tivemos como uma das temáticas centrais os Sistemas de Manejo Animal, ministrados pelo professor Felipe Jalfim. Ao longo das aulas, foram abordados aspectos históricos relacionados à origem dos animais domesticados em outros países e introduzidos no Brasil durante o período da colonização, com a finalidade de garantir o sustento da população.

As discussões possibilitaram compreender que, embora esses animais tenham se adaptado às condições ambientais brasileiras, muitos desafios permanecem presentes nos sistemas produtivos, especialmente no que se refere ao espaço disponível e à infraestrutura adequada para que possam expressar seus comportamentos naturais. A disciplina enfatizou que o respeito a essas condições é um aspecto fundamental para a promoção do bem-estar animal, influenciando diretamente a saúde dos animais, a qualidade dos alimentos produzidos e a sustentabilidade dos sistemas de produção.

Nesse mesmo período, tive a oportunidade de realizar o desenho do agroecossistema da minha família, bem como de elaborar, de forma participativa, um planejamento para os próximos cinco anos, em diálogo com minha avó e meus tios. Essa atividade teve como objetivo projetar um agroecossistema sustentável e equilibrado, que considerasse as especificidades da realidade local, ao mesmo tempo em que estivesse fundamentado nos princípios da Agroecologia.

O planejamento desenvolvido foi orientado pela concepção de Agroecologia apresentada por Gliessman (2000), que a define como uma abordagem alternativa da agricultura e do desenvolvimento agrícola, capaz de articular a conservação dos recursos e dos saberes da agricultura tradicional local com a incorporação de conhecimentos e métodos ecológicos

contemporâneos. Essa perspectiva teórica contribuiu para fundamentar as decisões tomadas durante a elaboração do plano.

No contexto do agroecossistema familiar, o foco principal do planejamento foi a ampliação da infraestrutura destinada à criação de galinhas, com o objetivo de assegurar condições que permitissem a expressão de seus comportamentos naturais, aproximando-se das características de seu habitat original. Além disso, o plano contemplou o aumento do número de espécies frutíferas e forrageiras, visando à diversificação da produção, ao fortalecimento da segurança alimentar da família e à maior resiliência do sistema produtivo. Por fim, foi incorporada a proposta de reflorestamento das matas ciliares, considerada uma ação essencial para a conservação da biodiversidade local, a proteção dos recursos hídricos e a melhoria da qualidade da água.

Durante a imersão realizada com a turma e os docentes do período no Sertão do Pajeú, foi realizada uma visita à comunidade Laje do Gato, no município de Afogados da Ingazeira/PE. A atividade teve como objetivo proporcionar uma vivência prática sobre a agrobiodiversidade e os sistemas produtivos familiares no Semiárido, possibilitando a compreensão das estratégias de convivência com as condições climáticas da região a partir dos princípios da agroecologia.

Ao longo da visita, foi possível analisar de forma coletiva os diferentes subsistemas que compõem o agroecossistema, como o roçado, o quintal produtivo, a criação de animais e as áreas de pousio. Observou-se a integração entre esses componentes, evidenciando como a diversidade produtiva e as interações ecológicas contribuem para a sustentabilidade do sistema. Entre as culturas cultivadas, destaca-se o algodão agroecológico, o amendoim, o feijão e outras espécies adaptadas às condições do Semiárido, demonstrando a relevância dos consórcios agrícolas para a conservação da agrobiodiversidade e a segurança alimentar.

A vivência também possibilitou compreender o papel das tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, como as cisternas vinculadas aos programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2)⁶, o reuso de água e o manejo

⁶ O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) visa ampliar o acesso à água para a produção de alimentos e a criação animal no Semiárido brasileiro, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras. Fundamentado nos princípios da agroecologia, o programa estimula processos participativos de desenvolvimento rural, o protagonismo dos agricultores e agricultoras e a geração de trabalho e renda. Sua execução envolve etapas formativas e a implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento da água da chuva, como cisternas, barragens subterrâneas e tanques de pedra, adaptadas às características dos territórios e às estratégias produtivas das famílias.

agroecológico do solo. Essas tecnologias, além de garantirem o acesso à água para consumo e produção em um contexto de irregularidade climática, contribuem diretamente para a reorganização do trabalho produtivo e doméstico, ampliando a autonomia das mulheres nos espaços do agroecossistema.

Nesse sentido, o empoderamento feminino mostrou-se um elemento estruturante do agroecossistema visitado, uma vez que as mulheres assumem papel central na gestão dos quintais produtivos, na diversificação das culturas, na conservação das sementes e na organização da produção. A inserção das mulheres nos processos decisórios, associada ao acesso às tecnologias sociais, fortalece sua autonomia econômica, política e social, reafirmando o protagonismo feminino na construção de sistemas agroecológicos sustentáveis.

Destaca-se ainda a reintrodução do algodão agroecológico no território, fortalecida por ações do Projeto Dom Hélder Câmara, em articulação com o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). Essa iniciativa contribuiu para a diversificação produtiva, a geração de renda e o fortalecimento da agricultura familiar, ao mesmo tempo, em que valoriza o trabalho das mulheres e reconhece seus saberes na condução dos sistemas produtivos agroecológicos.

De modo geral, a visita à comunidade Laje do Gato possibilitou compreender, de forma concreta, que a construção de agroecossistemas no Semiárido resulta da articulação entre a agrobiodiversidade, o acesso às tecnologias sociais, as políticas públicas e o protagonismo das mulheres. Esses elementos, quando integrados, fortalecem sistemas produtivos organizados para atender às necessidades humanas, estruturando o trabalho agrícola e possibilitando a produção de alimentos e outras matérias-primas de maneira sustentável, conforme discutido por Marzall (2007). Nesse sentido, a agroecologia reafirma-se como uma estratégia central para a convivência com o Semiárido e para a permanência digna das famílias agricultoras em seus territórios.

A Figura 5 ilustra esse processo ao apresentar Lucineide, agricultora da comunidade, mostrando o algodão cultivado em seu etnoagroecossistema, evidenciando a importância do resgate de cultivos tradicionais, da autonomia produtiva e do papel das mulheres na conservação da agrobiodiversidade local.

Figura 5 - Lucineide apresentando o cultivo de algodão em seu etnoagroecossistema na comunidade Laje do Gato.



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Ao final do semestre 2023.1, no âmbito do 4º período do curso, foi realizada uma imersão formativa vinculada às Vivências com famílias de agricultores e agricultoras do Movimento Camponês Popular (MCP), tendo como eixo central a temática Educação do Campo e Movimentos Sociais. Essa experiência possibilitou uma aproximação direta com os territórios camponeses, permitindo compreender, na prática, os processos organizativos, produtivos e formativos que sustentam a agroecologia enquanto projeto político e social.

A imersão integrou a participação na 10ª edição do Seminário Nacional da Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas (SENASEC), realizada entre os dias 02 e 05 de outubro de 2023, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife/PE. Esta edição coincidiu com a celebração dos 15 anos de criação do Movimento Camponês Popular (MCP), marco histórico que reafirma a centralidade da organização popular e da luta do campesinato por direitos e políticas públicas voltadas à garantia da soberania alimentar e da produção de alimentos saudáveis para o povo brasileiro.

O X SENASEC teve como eixo temático “Comida saudável: dever do Estado, direito do povo, compromisso camponês”, reafirmando que a agroecologia não se limita a um conjunto de técnicas agrícolas, mas se constitui como um campo científico, político e ético comprometido com a sustentabilidade dos agroecossistemas e com a justiça social (Altieri,

2012; Caporal; Costabeber, 2004). Ao longo de sua trajetória, o seminário consolidou-se como um espaço bienal de articulação entre camponeses e camponesas, pesquisadores, estudantes e militantes de movimentos sociais, promovendo o diálogo entre saberes científicos e populares.

Durante o seminário, foi possível vivenciar espaços de troca de experiências entre famílias agricultoras de diferentes territórios, que socializaram práticas agroecológicas individuais e coletivas relacionadas à conservação e ao manejo das sementes crioulas, à produção diversificada de alimentos e à preservação da agrobiodiversidade. Esta, por sua vez, foi compreendida como um conjunto de relações que envolve o manejo da diversidade de espécies, os conhecimentos tradicionais e a interação com os múltiplos agroecossistemas, reforçando seu caráter ecológico, cultural, social e político.

A imersão também evidenciou a importância do apoio às comunidades camponesas, que desenvolvem formas próprias de manejo dos agroecossistemas, baseadas na agroecologia como matriz produtiva. Essas experiências apontam para a necessidade de valorização dos saberes locais e do fortalecimento da autonomia camponesa, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioambientais, como o Semiárido brasileiro. Nesse sentido, a convivência com o Semiárido se apresenta como uma estratégia política e pedagógica fundamentada no reconhecimento dos saberes populares e na construção coletiva de soluções sustentáveis (Malvezzi, 2007).

Um aspecto central do X SENASEC foi o debate sobre o protagonismo das mulheres camponesas na produção agroecológica. Reconheceu-se que as mulheres exercem papel fundamental tanto no trabalho produtivo quanto no reprodutivo, sendo responsáveis pela conservação das sementes, pela diversidade alimentar e pela reprodução social das famílias camponesas. Esse protagonismo reafirma a agroecologia como um campo profundamente articulado às lutas feministas populares, nas quais o cuidado com a terra e com a vida assume centralidade (Siliprandi, 2015; Paulilo, 2016).

De forma articulada, o seminário também promoveu reflexões sobre o papel da juventude camponesa na construção da soberania alimentar e na permanência no campo. O SENASEC se apresentou como um espaço estratégico de formação política e organizativa da juventude, estimulando o engajamento dos jovens nos processos agroecológicos e nas lutas por direitos, terra e território.

A programação do evento contou ainda com a realização de uma ciranda infantil, concebida como um espaço político-pedagógico voltado aos filhos e filhas dos camponeses e camponesas, reafirmando a centralidade do cuidado coletivo e da educação desde a infância. Além disso, ocorreu uma feira da agricultura familiar, voltada à troca e comercialização de produtos agroecológicos, integrada a apresentações culturais e artísticas no âmbito do Festival da Juventude Camponesa, fortalecendo a dimensão cultural da luta camponesa.

Diante disso, a participação no X Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas constituiu-se como uma experiência formativa fundamental, reafirmando a importância dos processos educativos baseados na educação popular, no diálogo de saberes e na práxis coletiva. Conforme destaca Freire (1987), a experiência vivida se configura como um espaço pedagógico de conscientização e emancipação, no qual o conhecimento se constrói a partir da realidade concreta dos sujeitos.

Assim, a imersão no SENASEC reafirmou o papel estratégico dos camponeses e camponesas na produção de alimentos saudáveis, na preservação da agrobiodiversidade e na sustentabilidade dos biomas brasileiros, fortalecendo o compromisso coletivo de que a comida saudável é direito do povo, dever do Estado e compromisso histórico do campesinato.

A Figura 6 apresenta o painel do SENASEC, exposto na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), simbolizando o espaço de articulação política, formativa e organizativa em torno da soberania e segurança alimentar, da agroecologia e da defesa dos direitos dos povos do campo, das águas e das florestas.

Figura 6 - Painel do SENASEC exposto na UFPE, durante atividade formativa voltada à soberania e segurança alimentar e nutricional



Fonte: Acervo pessoal (2023);

A partir do final de 2024, aprofundi de forma significativa minha formação acadêmica, política e extensionista por meio da participação no projeto de extensão “Semear, colher e partilhar Alimentos, Vida e Sustentabilidade”, vinculado ao BEXT 2023, e no Programa de Educação Tutorial (PET) Comunidades Populares e Políticas Públicas, ambos desenvolvidos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob orientação da professora Horasa Maria L. da Silva Andrade, o Bext, em articulação com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE (INCUBACOOP-UFRPE).

Essas experiências constituíram um marco no meu percurso formativo, ao possibilitarem a vivência concreta da agroecologia enquanto ciência, prática social e movimento político, a partir da inserção em territórios e processos organizativos vinculados à agricultura familiar, à economia solidária e ao feminismo popular. Nesse contexto, destaco minha atuação na Ecofeira da UFRPE, espaço coletivo que se consolidou como território de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, além de canal direto de comercialização da produção agroecológica e solidária.

O programa “Semear, colher e partilhar Alimentos, Vida e Sustentabilidade” teve como objetivo contribuir com os processos de transição agroecológica, por meio de assessoria técnica e social desenvolvida pela INCUBACOOP-UFRPE, fortalecendo a agroecologia, a

economia solidária, o associativismo e o acesso a políticas públicas. Suas ações ocorrem em territórios como São Lourenço da Mata, Várzea, Lagoa de Itaenga, Bonito e no campus da UFRPE, apartir de uma metodologia baseada na pesquisa-ação, na educação popular e na atuação em rede, estruturada em projetos voltados às feiras, aos mercados agroecológicos e aos espaços de alimentação saudável.

Minha inserção no programa e, posteriormente, no PET, possibilitou o aprofundamento em temas centrais para minha formação, como a Economia Popular e Solidária, os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) e as feiras agroecológicas, caracterizadas pela comercialização direta entre produtoras(es) e consumidoras(es), fortalecendo relações de proximidade, confiança e autonomia econômica (Retière, 2014).

No âmbito do PET, atuei em parceria, como voluntária na INCUBACOOP, especialmente na construção e consolidação da Ecofeira da UFRPE. A feira foi implementada no segundo semestre de 2023, a partir do edital BEXT 2023, após mais de uma década de iniciativas e tentativas de organização de uma feira agroecológica no campus da universidade. Minha participação ocorreu em 2024, envolvendo a construção coletiva da proposta, para a organização dos processos de consolidação da feira enquanto espaço permanente de comercialização agroecológica.

As atividades desenvolvidas incluíram a organização dos espaços de comercialização, apoio direto aos feirantes, participação em rodas de diálogo, ações formativas e culturais, além da elaboração de instrumentos organizativos, como processos de seleção e coordenação da feira e ações de comunicação social. Participei de articulações institucionais, reuniões com agricultoras(es), organizações parceiras e com a reitoria da universidade, contribuindo para o diálogo entre os grupos produtivos e a gestão institucional, bem como para a estruturação logística e política do espaço.

A Ecofeira consolidou-se como um espaço de valorização da agricultura familiar agroecológica, da economia solidária e do protagonismo das mulheres, centrais tanto na produção quanto na comercialização dos alimentos. A expressiva participação das mulheres agricultoras evidenciou a articulação entre agroecologia e feminismo, especialmente no fortalecimento da autonomia econômica, da autogestão, da valorização dos saberes tradicionais e da construção de práticas solidárias. As feiras agroecológicas configuram-se, assim, como

espaços estratégicos de geração de renda, promoção da soberania e segurança alimentar e de relações mais igualitárias de gênero (Silva, 2016).

Essas vivências possibilitaram compreender os desafios e potencialidades das feiras agroecológicas, evidenciando que, apesar das limitações estruturais e das intensas jornadas de trabalho, a comercialização direta fortalece a autonomia das agricultoras(es), amplia o acesso a mercados justos e constrói relações baseadas na confiança, na cooperação e nos princípios da economia solidária (Retière, 2014).

A Figura 7 registra a mesa comemorativa do aniversário de 1 ano da Ecofeira da Rural, realizada na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Esse momento simbólico expressa a construção coletiva da feira enquanto espaço de comercialização solidária, troca de saberes e fortalecimento do protagonismo das mulheres agricultoras e catadoras, reafirmando a Ecofeira como um território vivo de resistência, partilha e agroecologia.

Dessa forma, a participação no projeto de extensão “Semear, colher e partilhar Alimentos, Vida e Sustentabilidade” e atuar junto ao PET Comunidades Populares e Políticas Públicas e na INCUBACOOOP foi fundamental para minha formação crítica, acadêmica e profissional, ao possibilitar a articulação entre teoria e prática, universidade e território. Essas experiências reafirmaram meu compromisso com a agroecologia, a economia solidária e o feminismo popular, bem como com a construção de sistemas alimentares justos, sustentáveis e socialmente enraizados.

Conforme apresentado na Figura 7, a mesa comemorativa do aniversário de 1 ano da Ecofeira da Rural, realizada na UFRPE, simboliza a consolidação desse espaço de comercialização agroecológica e economia solidária.

Figura 7 - Mesa comemorativa do aniversário de 1 ano da Ecofeira da Rural, realizada na UFRPE.



Fonte: Acervo pessoal (2024);

Durante a imersão realizada com a turma e professores deste período do curso, vivenciamos no Agreste uma experiência formativa que se constituiu como um momento de profunda aprendizagem coletiva, envolvendo estudantes e docentes, a partir do contato direto com territórios marcados pela resistência, pela ancestralidade e pela organização popular. Dentre as vivências realizadas, a visita ao Quilombo Castainho, localizado no município de Garanhuns, destacou-se como uma experiência profundamente marcante, atravessada por aprendizados, afetos e reflexões que fortalecem meu memorial formativo enquanto educadora popular em construção.

Estar no território quilombola do Castainho foi muito mais do que conhecer práticas produtivas ou projetos comunitários. Foi vivenciar histórias de luta, identidade e resistência coletiva, especialmente protagonizadas pelas mulheres quilombolas. Reconhecido oficialmente como território quilombola, o Castainho carrega uma trajetória histórica de enfrentamento em defesa da regularização fundiária e de seus direitos territoriais, mesmo diante da ausência do Estado e de diferentes formas de violência, como a pressão imobiliária e a contaminação ambiental. Caminhar por esse território possibilitou compreender que a terra, para o povo quilombola, não é apenas espaço de produção, mas território de memória, ancestralidade e vida.

Nesse percurso, conhecer a experiência das mulheres da Associação Guerreiras Quilombolas, em castanho constituiu um dos momentos mais potentes da imersão. As mulheres se apresentam como o coração pulsante da comunidade, assumindo papéis centrais na organização política, produtiva e cultural do território. Por meio da organização coletiva, constroem caminhos de autonomia, economia solidária e fortalecimento da identidade quilombola. Essa vivência dialoga com a perspectiva feminista defendida por Bell Hooks, ao afirmar que “o feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão” (Hooks, 2018), compreensão que se materializa nas práticas cotidianas dessas mulheres, que transformam o cuidado, o trabalho e a organização coletiva em instrumentos de enfrentamento às desigualdades de gênero e raça.

Atualmente, cerca de 50 mulheres participam ativamente da associação, atuando desde o cultivo da mandioca até a transformação e comercialização dos alimentos. A casa de farinha se revelou como um espaço simbólico, produtivo e político. Ali, a mandioca deixa de ser apenas alimento e se transforma em resistência. Todo o processo do plantio à colheita, do descasque à torra, até a produção do beiju ⁷é realizado coletivamente pelas mulheres, reafirmando saberes ancestrais transmitidos entre gerações. A produção da farinha, do beiju e de outros derivados não apenas garante a soberania alimentar da comunidade, como também fortalece a economia local, especialmente por meio da comercialização em feiras.

Outro elemento fundamental dessa vivência foi o contato com o coco de roda, expressão cultural que articula memória, espiritualidade e celebração. O coco não se apresenta apenas como dança ou música, mas como linguagem coletiva, espaço de encontro e afirmação identitária. No som dos tambores e no movimento das rodas, foi possível perceber como a cultura também educa, fortalece vínculos comunitários e reafirma pertencimentos, funcionando como um instrumento político e pedagógico de resistência.

As Guerreiras Quilombolas demonstram, na prática, que o enfrentamento ao machismo, tanto dentro quanto fora do território, se constrói por meio da organização coletiva, da autonomia econômica e da valorização do papel das mulheres. Elas ocupam espaços de

⁷ O beiju é uma iguaria de origem indígena brasileira, tradicionalmente elaborada a partir da massa ou da fécula da mandioca. Considerado parente da tapioca, é amplamente consumido nas regiões Norte e nordeste do Brasil, podendo assumir diferentes formas, como discos mais secos assados em forno ou chapa, ou ainda preparações doces, a exemplo do beiju em formato de biscoito ou canudo. Trata-se de um alimento base da culinária indígena e colonial, consumido puro ou com variados recheios, mantendo-se como expressão da cultura alimentar e dos saberes tradicionais associados ao manejo da mandioca.

decisão, constroem projetos próprios e buscam envolver a juventude, assegurando a continuidade da luta, da memória e da identidade quilombola.

A Figura 8 retrata Dona Alda, integrante do grupo das Guerreiras Quilombolas, na casa de farinha do Quilombo Castainho, durante o preparo da massa de mandioca destinada à produção do beiju. A imagem expressa o protagonismo das mulheres quilombolas nos processos produtivos, a transmissão de saberes ancestrais e a centralidade do trabalho coletivo na garantia da soberania alimentar e da economia local.

Essa imersão no Quilombo Castainho reafirmou, em minha trajetória formativa, a compreensão de que agroecologia, educação popular e feminismo caminham juntas. As práticas de cultivo, os saberes compartilhados, as rodas de conversa, o fazer coletivo e a oralidade constroem um verdadeiro círculo de cultura, no qual todas e todos ensinam e aprendem mutuamente. Aprender com as mulheres quilombolas foi aprender sobre coragem, cuidado, coletividade e ancestralidade, elementos que hoje atravessam de forma decisiva minha formação acadêmica, política e humana.

A Figura 8 apresenta Dona Alda, integrante do grupo Guerreiras Quilombolas, durante o preparo da massa de mandioca para a produção do beiju, na casa de farinha do Quilombo Castainho, em Garanhuns-PE, evidenciando os saberes tradicionais, o protagonismo feminino e a centralidade do trabalho das mulheres quilombolas na preservação da cultura alimentar e dos modos de vida ancestrais.

Figura 8 - Dona Alda, integrante do grupo Guerreiras Quilombolas, no preparo da massa de mandioca para a produção do beiju, na casa de farinha do Quilombo Castainho (Garanhuns-PE).



Fonte: Acervo pessoal (2024);

No 6º período do curso, no componente curricular Atuação e Sistematização no Etnoagrossistema, durante a imersão realizada na Região Metropolitana do Recife, tive a oportunidade de vivenciar a experiência na Horta Popular Agroecológica Dandara, um território que articula agroecologia, organização comunitária e luta política a partir do protagonismo das mulheres. Essa vivência constituiu-se como um momento central do meu processo formativo, por possibilitar o contato direto com práticas agroecológicas urbanas fundamentadas no feminismo popular, na economia solidária e na valorização dos saberes tradicionais femininos.

A Horta Dandara se apresenta como um espaço de resistência e construção coletiva, no qual a produção de alimentos saudáveis está profundamente vinculada ao empoderamento das mulheres que atuam no território. Durante a imersão, foi possível compreender que a organização da horta ultrapassa o aspecto estritamente produtivo, configurando-se como um espaço político-pedagógico, onde as mulheres exercem autonomia, compartilham decisões e fortalecem vínculos comunitários. Esse processo evidencia a centralidade do trabalho coletivo e solidário como estratégia de enfrentamento às desigualdades sociais, de gênero e de classe.

A experiência também permitiu observar como os princípios da economia solidária se materializam no cotidiano da horta, por meio da cooperação, da partilha dos resultados da

produção e da valorização do trabalho das mulheres. A lógica que orienta o funcionamento da Horta Dandara se contrapõe às dinâmicas do mercado convencional, reafirmando práticas baseadas no cuidado, na solidariedade e na sustentabilidade da vida.

O feminismo popular esteve presente de forma transversal em toda a imersão, manifestando-se nas narrativas, nas práticas cotidianas e na forma como as mulheres se reconhecem enquanto sujeitas políticas. A agroecologia, nesse contexto, é compreendida como uma prática feminista, pois fortalece o protagonismo das mulheres na defesa do território, na produção de alimentos e no cuidado com a saúde da comunidade. A horta constitui-se, assim, como um espaço de formação política e de construção da consciência crítica.

Outro elemento de grande relevância observado durante a imersão foi o cultivo e o uso das plantas medicinais, que ocupam um lugar central na organização da horta. Esses conhecimentos, majoritariamente transmitidos entre mulheres, revelam a importância da memória, da ancestralidade e dos saberes populares no cuidado com a saúde coletiva. O manejo das plantas medicinais reforça a relação de respeito com a natureza e evidencia a agroecologia como um campo que reconhece e valoriza saberes historicamente invisibilizados.

Dessa forma, a imersão na Horta Popular Agroecológica Dandara, realizada no 6º período, contribuiu de maneira significativa para meu percurso acadêmico e político, ao aprofundar a compreensão sobre a agroecologia urbana como estratégia de transformação social. A experiência reafirmou meu entendimento de que a articulação entre agroecologia, feminismo popular e economia solidária é fundamental para a construção de territórios mais justos, sustentáveis e baseados no protagonismo das mulheres.

No âmbito das atividades práticas, o mutirão foi organizado em frentes de trabalho distribuídas conforme as demandas internas da horta, contemplando o manejo de podas, a nutrição da composteira, a destinação adequada de resíduos sólidos, a manutenção das cercas de proteção, o manejo da forrageira e a revitalização dos canteiros. A atividade contou com a participação de integrantes do Centro Sabiá⁸, em articulação com o coletivo da horta,

⁸ O Centro Sabiá (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá) é uma organização da sociedade civil com atuação em Pernambuco, voltada ao fortalecimento da agricultura familiar e de comunidades tradicionais, a partir dos princípios da agroecologia. Suas ações abrangem a proteção de biomas como a Caatinga e a Mata Atlântica, a promoção da convivência com o Semiárido por meio de tecnologias sociais (como cisternas), o incentivo à produção de alimentos saudáveis e o fortalecimento da participação de mulheres e jovens. O Centro Sabiá constitui-se como uma referência na defesa de sistemas alimentares justos, sustentáveis e na democratização do acesso à terra e ao conhecimento.

promovendo suporte técnico e fortalecimento das práticas agroecológicas já desenvolvidas no território.

Durante o mutirão, estabeleceram-se momentos significativos de diálogo entre as mulheres do coletivo Dandara e os estudantes do Bacharelado em Agroecologia, evidenciando o caráter formativo da ação. Mais do que uma atividade operacional, o mutirão configurou-se como espaço de aprendizagem compartilhada, no qual o trabalho coletivo se articulou à reflexão crítica sobre o cuidado com o território, a divisão social do trabalho e a construção da agroecologia urbana.

A organização das frentes mostrou-se estratégica para o manejo do etnoagrossistema da horta. Enquanto uma equipe atuava na preservação das cercas de proteção, outras se dedicavam à irrigação dos canteiros e à poda de manejo integrada, resultando em melhoria visível na estrutura e vitalidade da área trabalhada. O encerramento ocorreu por meio de uma roda de avaliação coletiva, reafirmando o protagonismo das mulheres agricultoras e a importância da extensão universitária enquanto prática dialógica e transformadora.

No que se refere à dimensão conceitual do mutirão, compreende-se essa prática como expressão histórica da organização coletiva do trabalho no campo e nas periferias urbanas. Conforme destaca Paulo Freire (1996, p. 68), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. O mutirão, nesse sentido, materializa essa pedagogia da comunhão, pois articula trabalho, formação política e produção de conhecimento situado.

Além disso, ao compreender o trabalho coletivo como prática de resistência e construção de autonomia, dialoga-se com a perspectiva de Silvia Federici (2017, p. 145), ao evidenciar que as formas cooperativas de organização do trabalho e a produção coletiva da vida constituem estratégias históricas de enfrentamento às desigualdades e de valorização dos saberes populares. Assim, o mutirão não se restringe à execução de tarefas, mas se consolida como espaço político-pedagógico de fortalecimento da agroecologia urbana e da economia solidária nos territórios.

A Figura 9 registra momentos de interação entre estudantes no manejo da horta e as integrantes da Horta Popular Agroecológica Dandara, incluindo mulheres que também

participam da Escola Marias⁹ e integrantes do Centro Sabiá. A imagem evidencia a importância do encontro entre universidade e território, bem como o papel da extensão universitária na promoção do diálogo, da troca de saberes e do fortalecimento das práticas agroecológicas urbanas, a partir do protagonismo das mulheres.

Figura 9 - a) Interação entre estudantes universitários no manejo da horta; b) integrantes da Horta Popular Agroecológica Dandara, participantes da Escola das Marias e membros do Centro Sabiá.



Fonte: Nemo Cortez e Maria Clara Silva (2025);

A partir do 7º período do curso de Bacharelado em Agroecologia, no âmbito do componente curricular Avaliação e Sistematização no Etnoagroecossistema, passei a aprofundar, juntamente com meus companheiros de grupo de território e culminância, Lucas Marinho e Uézila Lopes, a compreensão da sistematização como uma prática pedagógica,

⁹ A Escola MARIAS (Mulheres e Agricultoras Urbanas), vinculada à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), é um projeto de agricultura urbana de base agroecológica desenvolvido na Região Metropolitana do Recife. A iniciativa resulta da parceria entre o Centro Sabiá, o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC/UFRPE) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), tendo como objetivo a formação de mulheres de comunidades periféricas em práticas de produção agroecológica, segurança alimentar e geração de renda. O curso é estruturado em módulos de produção e transformação de alimentos, realizados tanto na UFRPE quanto na cozinha do MTST, contribuindo para a formação de agricultoras urbanas e periurbanas e para o fortalecimento da autonomia econômica, da economia solidária e da soberania alimentar nos territórios, com apoio do Governo Federal.

política e metodológica fundamental para a construção do conhecimento agroecológico. Esse processo marcou um deslocamento importante na minha formação, na medida em que compreendi que sistematizar não se limita ao registro descritivo das atividades realizadas, mas consiste em uma interpretação crítica das experiências vividas, capaz de explicitar seus sentidos, contradições e aprendizados.

Nessa perspectiva, a sistematização foi compreendida como um processo que permite ordenar, reconstruir e interpretar criticamente as práticas, de modo a transformar a experiência em conhecimento coletivo (Jara Holliday, 2006). Tal compreensão esteve diretamente relacionada às vivências realizadas durante a imersão no Agreste Pernambucano, experiência formativa que possibilitou a articulação concreta entre os conteúdos teóricos discutidos em sala de aula e as práticas desenvolvidas em territórios de resistência sociocultural e ambiental.

As visitas realizadas ao SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), ao Centro de Formação Paulo Freire, em Normandia, ao Quilombo Carapotós, ao Museu do Mamulengo, ao Museu do Cavalo Marinho, ao grupo Flores do Barro e o contato direto com mestres e mestras da cultura popular evidenciaram que a agroecologia deve ser compreendida para além de um conjunto de técnicas produtivas. Conforme destaca Altieri (2012), a agroecologia constitui uma abordagem que integra dimensões ecológicas, sociais, culturais e políticas dos sistemas produtivos, estando profundamente enraizada nos territórios e nas relações sociais que os sustentam.

No âmbito do componente curricular, a avaliação da sustentabilidade foi trabalhada a partir de uma abordagem multidimensional, considerando aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos dos etnoagroecossistemas. As experiências vivenciadas durante a imersão permitiram compreender que elementos como a cultura popular, a memória coletiva e as formas de organização comunitária são componentes centrais da sustentabilidade dos territórios. Nesse sentido, as expressões culturais do campesinato e dos povos tradicionais se apresentaram como práticas de resistência e afirmação identitária, corroborando a compreensão de que a cultura popular é um campo político de disputa e de produção de sentidos (Chauí, 2006).

A centralidade das mulheres nos territórios visitados foi um aspecto marcante desse processo formativo. Mulheres camponesas, artesãs, quilombolas e guardiãs da cultura demonstraram, por meio de suas práticas cotidianas, que a agroecologia se constrói a partir do

cuidado com a terra, com a vida e com a memória. Esse protagonismo feminino dialoga com os estudos que apontam as mulheres como sujeitos centrais na construção da agroecologia, por articularem produção, reprodução da vida, cuidado e resistência nos territórios (Siliprandi, 2015). Essa dimensão esteve diretamente relacionada à minha trajetória acadêmica e política, especialmente às experiências que desenvolvo junto a mulheres em territórios populares, onde agroecologia, feminismo e economia solidária se articulam como estratégias de transformação social.

Como parte do processo avaliativo e de culminância do componente curricular, eu, Lucas e Uézila elaboramos o Fôlder Educativo – *Imersões no Agreste: Cultura, Território e Práticas Agroecológicas na Construção do Saber Coletivo*, concebido como um instrumento de sistematização e comunicação das experiências vivenciadas durante a imersão. A construção coletiva desse material dialogou com os princípios da educação popular, fundamentados na compreensão de que o conhecimento se constrói de forma dialógica, a partir da troca de saberes entre os sujeitos envolvidos (Freire, 1987).

De forma complementar, elaboramos a Cartilha Pedagógica Metro-Matas, na qual sistematizamos, de maneira educativa e acessível, os Estágios Supervisionados Obrigatórios I (ESO I) desenvolvidos por cada integrante do grupo em seus respectivos territórios. No meu caso, a cartilha possibilitou a sistematização das experiências vivenciadas junto às mulheres da Sementeira Esperança, da Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz, da Rede de Comercialização da Marcha Mundial das Mulheres e da Ecofeira da UFRPE, evidenciando o protagonismo feminino na agroecologia urbana, na soberania alimentar e na economia solidária. Essas experiências reforçaram a compreensão de que os saberes populares e tradicionais são conhecimentos vivos, produzidos e recriados cotidianamente nas lutas dos povos e das mulheres em seus territórios (Santos, 2007).

Desse modo, a culminância do 7º período, no âmbito do componente Avaliação e Sistematização no Etnoagroecossistema, consolidou-se como um marco fundamental na minha formação acadêmica e política. A sistematização das experiências permitiu transformar práticas vividas em memória coletiva, instrumento pedagógico e ferramenta de luta, fortalecendo minha identidade enquanto mulher em formação na agroecologia, comprometida com a valorização dos saberes populares, com o protagonismo das mulheres e com a construção de alternativas sustentáveis baseadas na justiça social, no cuidado e na solidariedade. Conforme destaca Freire (1996), a educação popular parte da experiência concreta e retorna a ela transformada em

consciência crítica, movimento que orientou todo o processo formativo vivenciado neste componente curricular.

As Figuras 10 e 11 apresentam: a capa do fôlder educativo e a apresentação do grupo Metro Matas, nas quais são compartilhadas as experiências vivenciadas durante o processo de imersão e no âmbito do Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO).

Figura 10 - Capa do fôlder educativo.



Fonte: Grupo Metro Matas (2023). Disponível em: <[link](#)>. Acesso em: 27 fev. 2026.);

Figura 11 - Apresentação do grupo Metro Matas.



Fonte: Grupo Metro Matas (2023). Disponível em: <[link](#)>. Acesso em: 27 fev. 2026.

No 8º período, o componente Sistematização no Etnoagroecossistema, articulado à optativa de Feminismo, ministrada pela professora Andrea Butto, foi fundamental para consolidar minha formação crítica e orientar a escrita do meu memorial formativo. A disciplina contribuiu para compreender a sistematização como um processo político-pedagógico, no qual a experiência vivida, quando analisada criticamente, se transforma em conhecimento.

A optativa possibilitou compreender o feminismo como método de leitura da realidade, articulando teoria, vivência e sistematização. As orientações metodológicas e a leitura de Sardenberg (2015) foram centrais para entender o gênero como categoria relacional e interseccional, qualificando meu olhar sobre os etnoagroecossistemas e sobre as experiências formativas e territoriais que vivenciei.

O estudo da economia feminista constituiu um dos eixos centrais do semestre, ao problematizar a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo e evidenciar a invisibilização histórica do trabalho das mulheres. A partir das contribuições de Carrasco (2018) e Paulilo (2004), compreendi que o cuidado, a alimentação e a reprodução da vida são dimensões centrais da economia, perspectiva que se articula diretamente com a agroecologia.

Essa abordagem foi aprofundada nas discussões sobre economia feminista e agroecologia, estabelecendo diálogo com os referenciais produzidos pela SOF - Sempre Viva Organização Feminista (2020) e por Yayo Herrero (2018). Essas autoras e organizações defendem a sustentabilidade da vida como princípio estruturante da organização econômica, propondo a reorganização dos sistemas agroalimentares a partir da centralidade do cuidado, da interdependência e da valorização dos trabalhos historicamente invisibilizados, especialmente aqueles realizados pelas mulheres.

As reflexões sobre feminismo negro ampliaram a compreensão sobre a produção de saberes a partir das experiências das mulheres negras e periféricas, reconhecendo a vivência como fonte legítima de conhecimento, conforme aponta Patricia Hill Collins (2019). Esse debate foi fundamental para fortalecer a escrita do memorial como um processo de sistematização das experiências, no qual teoria e prática se constroem de forma indissociável.

O estudo do ecofeminismo¹⁰ e da ação coletiva possibilitou compreender o papel das mulheres nos movimentos sociais e na defesa dos territórios e dos bens comuns, tanto em contextos rurais quanto urbanos. As contribuições de Longo (2012) e de Siliprandi e Cintrão (2015) evidenciaram a importância da organização coletiva e da incidência nas políticas públicas como estratégias de enfrentamento às desigualdades e de fortalecimento da cidadania das mulheres rurais.

Os conteúdos trabalhados ao longo do semestre foram sintetizados na culminância do 8º período, momento em que construímos coletivamente uma “árvore das temáticas”, reunindo os principais debates desenvolvidos nas disciplinas optativas do curso. Nessa atividade, apresentei a economia feminista como eixo central de reflexão, evidenciando suas conexões com a agroecologia, a economia solidária e a organização coletiva do trabalho.

Essas discussões também dialogaram com a participação no Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e com as experiências vivenciadas no ESO II, especialmente junto ao Grupo Mulher Maravilha (GMM). Tais espaços formativos possibilitaram articular os referenciais teóricos estudados ao longo do semestre com práticas concretas de autogestão, geração de renda e organização comunitária protagonizadas por mulheres.

Dessa forma, tornou-se evidente que tal horizonte político não se restringe ao plano teórico, mas se expressa concretamente nas práticas cotidianas dos territórios, na organização coletiva do trabalho e na centralidade do cuidado como princípio estruturante da produção e da reprodução da vida.

3. ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS OBRIGATÓRIOS I E II: PROTAGONISMO FEMININO, AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Ao longo da minha trajetória acadêmica no curso de Bacharelado em Agroecologia, sempre compreendi que a agroecologia não se restringe ao domínio de técnicas produtivas, mas

¹⁰ Ecofeminismo é uma corrente teórica e política que articula as lutas feministas e ambientais, ao compreender que a exploração da natureza e a opressão das mulheres estão interligadas às estruturas patriarcais e capitalistas. Defende a centralidade da vida, do cuidado e dos bens comuns, reconhecendo o protagonismo das mulheres na defesa dos territórios e na construção de alternativas socioambientais sustentáveis.

se constitui como um projeto político, pedagógico e ético de transformação social. Essa compreensão foi sendo construída a partir das vivências familiares, comunitárias e militantes, especialmente no contato com mulheres que, historicamente, sustentam a produção de alimentos, o cuidado com a vida e a reprodução dos saberes tradicionais, muitas vezes sem reconhecimento social ou institucional. Nesse sentido, senti a necessidade de aprofundar, de forma mais sistemática, o aprendizado sobre as práticas agroecológicas urbanas protagonizadas por mulheres, articulando produção, cuidado, economia solidária e organização política. Foi a partir dessa motivação que escolhi realizar o Estágio Supervisionado Obrigatório I (ESO I) em territórios vinculados à Marcha Mundial das Mulheres (MMM), compreendendo o estágio como um espaço formativo fundamental para integrar teoria, prática e militância.

O Estágio Supervisionado Obrigatório I foi realizado no semestre letivo de 2025.1, no âmbito do curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em articulação com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP/UFRPE) e a Rede de Comercialização da Marcha Mundial das Mulheres. As atividades ocorreram principalmente em dois territórios urbanos da Região Metropolitana do Recife: a Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz, localizada no bairro de Campo Grande, Recife/PE, e a Sementeira Esperança, situada na Comunidade 15 de novembro, no município de Paulista/PE. Ambos os espaços são compostos majoritariamente por mulheres negras, periféricas e militantes da MMM, que constroem cotidianamente práticas agroecológicas, educativas e de economia solidária como estratégias de resistência e de garantia da soberania alimentar.

A escolha desses territórios está diretamente relacionada à minha trajetória como educadora popular em formação e à minha inserção em processos organizativos vinculados ao feminismo popular.¹¹ A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional criado no ano 2000, a partir da articulação de mulheres de diferentes países em resposta às desigualdades estruturais geradas pelo capitalismo neoliberal, pelo patriarcado e pelo racismo. No Brasil, a MMM se consolidou como um movimento de base, com forte atuação junto às mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, articulando pautas como agroecologia, economia solidária, soberania alimentar, direito à terra, ao território e à vida

¹¹ O feminismo popular é uma vertente antissistêmica e anticapitalista que articula a luta das mulheres de periferias, campo e comunidades com pautas de classe, raça e gênero, buscando a emancipação social. Foca na soberania alimentar, no controle do corpo, no trabalho digno e na defesa do território, visando transformar estruturas patriarcais. É um movimento de base comunitária, comum na América Latina, que promove a economia solidária e o bem viver.

digna. Conforme destaca a própria Marcha, trata-se de um feminismo construído “a partir da realidade das mulheres trabalhadoras, que coloca a vida no centro e confronta as estruturas de exploração e opressão” (Marcha Mundial Das Mulheres, 2014).

Durante o ESO I, acompanhei de forma próxima como esses princípios se materializam na prática cotidiana dos grupos. Na Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz, participei de atividades de sistematização da produção, planejamento coletivo, beneficiamento de produtos agroecológicos e organização da comercialização solidária. A horta se configura como um espaço de produção de alimentos, plantas medicinais e produtos artesanais, mas também como território de formação política, cuidado coletivo e fortalecimento da autonomia das mulheres. As práticas desenvolvidas evidenciam que a agroecologia, quando articulada ao feminismo popular, promove não apenas sustentabilidade ambiental, mas também justiça social e econômica, ao reconhecer o trabalho das mulheres e fortalecer sua autonomia financeira (Caporal; Costabeber, 2004).

A Figura 13 apresenta: a) o planejamento coletivo realizado na Horta Comunitária para a participação na SBPC; b) o mutirão de manejo na horta, evidenciando a professora Andrea na organização das mudas e do solo, em conjunto com Dona Vastir.

Figura 12 - a) Planejamento coletivo na Horta Comunitária para a SBPC; b) Mutirão de manejo na horta.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Na Sementeira Esperança, as atividades de estágio possibilitaram vivenciar processos de escuta, partilha de memórias e intercâmbio de saberes entre mulheres de diferentes gerações. O grupo construiu, a partir de um terreno anteriormente ocioso, um espaço agroecológico coletivo que integra o cultivo de hortaliças e plantas medicinais, o beneficiamento de alimentos e produtos naturais, bem como ações educativas voltadas à comunidade. Nesse contexto, destaca-se também o recebimento e a organização dos alimentos provenientes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA¹²), iniciativa que fortalece a agricultura familiar e contribui para a segurança alimentar nos territórios, ao mesmo tempo em que amplia a autonomia econômica e organizativa das mulheres envolvidas. Essas experiências dialogam diretamente com a economia feminista, que questiona a separação entre produção e reprodução e afirma a centralidade do cuidado e da vida como fundamentos de outra economia possível (Carrasco, 2006).

A Figura 13 apresenta: a) o registro coletivo da roda de conversa com a participação da professora Claudia Cerda Becker, da Universidade Austral do Chile, cujo objetivo foi promover o diálogo entre experiências territoriais de agroecologia, práticas de cuidado e construção da memória coletiva, reunindo mulheres dos territórios acompanhados pelo projeto e integrantes da Marcha Mundial das Mulheres (MMM); b) uma vista parcial da horta da Sementeira Esperança, de onde provêm os chás e alimentos cultivados no território.

Figura 13 - a) Registro coletivo com as mulheres na roda de conversa; b) vista parcial da horta da Sementeira Esperança.

¹² O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública federal criada em 2003 e relançada em 2023, que realiza a compra direta de alimentos da agricultura familiar, sem necessidade de licitação, destinando-os a populações em situação de insegurança alimentar, com o objetivo de fortalecer a produção local, promover a inclusão social e contribuir para o combate à fome.



Fonte: Laurineide e Maria Clara (2025).

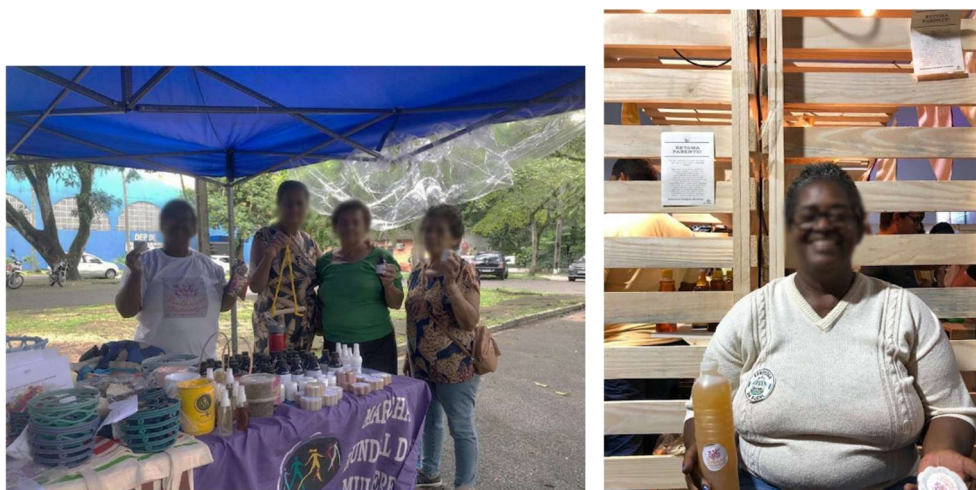
Ao longo do estágio, ficou evidente que a organização coletiva das mulheres nesses territórios não se dá de forma espontânea, mas é fruto de processos históricos de luta e articulação política promovidos pela Marcha Mundial das Mulheres. A MMM atua como um espaço de formação, articulação e fortalecimento das mulheres, criando redes de apoio, comercialização e incidência política. Silvia Federici (2017, p. 23), comenta que:

As lutas das mulheres pelo controle dos meios de reprodução da vida são centrais para a construção de alternativas ao modelo capitalista dominante, especialmente quando se articulam à defesa dos bens comuns e dos territórios.

A participação das mulheres da MMM em espaços como a Ecofeira da UFRPE e na 77ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), acompanhada durante o estágio, revelou a potência dessas experiências no diálogo com a universidade e com a sociedade em geral. As feiras agroecológicas se configuram como espaços pedagógicos, políticos e econômicos, onde se constroem relações horizontais entre produtoras e consumidoras(es), valorizando os saberes populares e promovendo a visibilidade do trabalho das mulheres. Nesses espaços, a comunicação popular se manifesta tanto na oralidade quanto na exposição dos produtos, nas histórias compartilhadas e nas estratégias coletivas de organização, reforçando a dimensão educativa da agroecologia.

A Figura 15 apresenta: a) mulheres da Rede de Comercialização da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) na Ecofeira da UFRPE, representando diferentes territórios de atuação do movimento como a Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz, a AMPAC e o Condor, evidenciando a articulação coletiva, o protagonismo feminino e os processos de comercialização solidária; b) Dona Vastir expondo produtos agroecológicos durante a 77ª Reunião Anual da SBPC, destacando a visibilidade do trabalho das mulheres em espaços científicos e de divulgação do conhecimento.

Figura 14 - a) Mulheres da Rede de Comercialização na Ecofeira da UFRPE; b) Dona Vastir expondo produtos durante a 77ª Reunião Anual da SBPC.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Ao longo das atividades do Estágio Supervisionado Obrigatório I, os produtos produzidos e comercializados nos territórios da Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz e da Sementeira Esperança foram organizados em diferentes categorias, evidenciando a diversidade de práticas agroecológicas, artesanais e de economia solidária desenvolvidas pelas mulheres envolvidas. O Quadro 01 apresenta a classificação dos produtos expostos nas feiras e eventos realizados durante o período de estágio.

Quadro 01 - Produtos agroecológicos e artesanais comercializados pela Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz e pela Sementeira Esperança

Categoria	Produtos	Origem/uso no território	Espaço de comercialização
-----------	----------	--------------------------	---------------------------

Alimentos beneficiados	Bolos de capim-santo, sucos naturais, pães sem glúten	Produzidos coletivamente a partir de ervas e ingredientes cultivados ou adquiridos localmente, respeitando a sazonalidade e práticas agroecológicas na Sementeira	Ecofeira da UFRPE; feiras solidárias; eventos acadêmicos e comunitários
Produtos artesanais e de costura	Bolsas estampadas; panos de prato bordados; máscaras de tecido reutilizável	Feitos por Dona Vastir que é integrante da Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz	Ecofeira da UFRPE; 77ª Reunião Anual da SBPC; feiras e eventos organizados pela Rede de Comercialização da MMM
Sabões e produtos de limpeza natural	Sabão em barra; sabão líquido (produzidos com óleo reutilizado e soda cáustica)	Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz	Ecofeira da UFRPE; feiras agroecológicas; atividades formativas e eventos
Plantas e produtos medicinais e ornamentais	Sabonetes de aroeira e ora-pro-nóbis; repelentes naturais; chás; buchas vegetais; mudas de plantas	Principalmente na horta comunitária, e chás também vem da sementeira	Ecofeira da UFRPE; 77ª Reunião Anual da SBPC; feiras e eventos organizados pela Rede de Comercialização da MMM

Produtos da estação	Novos sabores de bolos; sabonetes com ervas locais; variações de sabão natural com óleos essenciais	Processos coletivos de experimentação na Horta e na Sementeira	Lançamentos na Ecofeira da UFRPE; feiras e eventos da Rede de Comercialização da MMM
---------------------	---	--	--

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

O Estágio Supervisionado Obrigatório I representou um marco importante na minha formação como agroecóloga e educadora popular, ao possibilitar a vivência concreta dos princípios da agroecologia em territórios urbanos protagonizados por mulheres trabalhadoras. A experiência junto às hortas comunitárias e à Rede de Comercialização da Marcha Mundial das Mulheres evidenciou que a agroecologia, articulada à organização coletiva do trabalho e às práticas da economia solidária, assume dimensão política ao dialogar com o feminismo popular, constituindo-se como estratégia concreta de enfrentamento às desigualdades estruturais de gênero, raça e classe.

Ao mesmo tempo, o ESO I despertou novas inquietações formativas. A vivência nos espaços produtivos e de comercialização revelou a importância do trabalho material das mulheres, mas também evidenciou a necessidade de aprofundar a compreensão sobre dimensões menos visibilizadas da agroecologia, como o cuidado, a memória, a saúde popular e os processos educativos construídos a partir da escuta e da partilha de saberes. Essas inquietações apontaram para a necessidade de ampliar o olhar para além da produção agrícola e das redes de comercialização, reconhecendo que a sustentabilidade dos territórios depende também do trabalho imaterial realizado cotidianamente pelas mulheres.

Dessa forma, o Estágio Supervisionado Obrigatório I não se encerra como uma experiência isolada, mas se constitui como base para a continuidade do processo formativo no Estágio Supervisionado Obrigatório II. A partir das aprendizagens construídas no ESO I, senti a necessidade de aprofundar a agroecologia em sua dimensão educativa, cultural e de cuidado, buscando compreender como os saberes bioculturais, a memória coletiva e as práticas de saúde popular também sustentam os territórios e fortalecem o protagonismo das mulheres. Assim, o ESO I abriu caminhos para um novo estágio, marcado pelo aprofundamento teórico-prático e pela ampliação do entendimento da agroecologia como projeto político, ético e feminista.

O Estágio Supervisionado Obrigatório II (ESO II) representou, portanto, um aprofundamento qualitativo da minha trajetória formativa, especialmente no que se refere à compreensão da agroecologia como prática educativa, cultural e de cuidado, para além dos espaços produtivos e das redes de comercialização vivenciadas no ESO I. Se o primeiro estágio esteve fortemente orientado para a agroecologia urbana, a economia solidária e a organização produtiva das mulheres vinculadas à Marcha Mundial das Mulheres, o segundo estágio me conduziu a um outro tempo e a outro território da agroecologia: o tempo da memória, da escuta, da arte e do cuidado com a vida.

O ESO II foi realizado junto ao Grupo Mulher Maravilha (GMM), organização histórica de mulheres localizada no bairro de Nova Descoberta, no Recife, com atuação política e comunitária também no Sertão do Pajeú. Compreender a experiência do GMM exigiu, antes de tudo, compreender o território onde ele se insere.

O bairro de Nova Descoberta é caracterizado pela presença de múltiplas territorialidades que se expressam nos diversos momentos do cotidiano da população. Sua formação remonta ao início do século XX, especialmente com o deslocamento de famílias que habitavam os mocambos da região central do Recife, processo que impulsionou a expansão demográfica da área. Soma-se a isso a instalação de fábricas têxteis no entorno do bairro, que atraiu trabalhadores e trabalhadoras vindos do interior do estado, consolidando Nova Descoberta como território de moradia da classe trabalhadora.

Entretanto, sua ocupação ocorreu de forma desigual e desordenada, marcada por processos de exclusão socioespacial. A ocupação dos morros e das margens da bacia do rio Beberibe provocou impactos socioambientais significativos, como o corte da mata ciliar, a perda de biodiversidade e o comprometimento do próprio rio. As consequências das precipitações intensas, como deslizamentos e alagamentos, revelam até hoje as marcas de uma urbanização sem políticas públicas adequadas. Trata-se, portanto, de um território historicamente atravessado por conflitos fundiários, precarização urbana e resistência popular.

Nesse contexto, as chamadas “instituições comunitárias” exerceram papel fundamental na formação política e cidadã da população local. Organizações como a Igreja Batista Missionária em Nova Descoberta, a Igreja Católica Nossa Senhora de Lourdes, a Escola Espírita Cristina Menezes de Albuquerque e o próprio Grupo Mulher Maravilha contribuíram para a educação básica, formação política e organização comunitária dos moradores e

moradoras. Muitas dessas lideranças foram perseguidas, presas e torturadas durante o regime civil-militar por sua atuação na luta pela posse da terra e por melhores condições de vida. Grande parte dessas pessoas permanece residindo no bairro, o que reforça a dimensão histórica da resistência local.

É nesse território de lutas que o Grupo Mulher Maravilha se consolida como espaço de formação feminista e de cuidado coletivo. Diferentemente dos espaços acompanhados no ESO I, o GMM não se estrutura prioritariamente a partir da produção agrícola, mas se configura como um território educativo feminista, onde a agroecologia se manifesta de forma ampliada, atravessando práticas de saúde popular, memória biocultural, economia solidária e cuidado com a vida.

Essa experiência foi fundamental para evitar uma compreensão reducionista da agroecologia. No Grupo Mulher Maravilha, aprendi que nem toda prática agroecológica está diretamente ligada à terra cultivada, mas muitas estão relacionadas à preservação dos saberes, à sustentação da vida cotidiana e à resistência das mulheres trabalhadoras frente às múltiplas violências impostas pelo capitalismo patriarcal. Como afirmam Toledo e Barrera-Bassols (2015), a agroecologia também se sustenta nos sistemas de conhecimento tradicional, nas relações simbólicas e nas práticas culturais que mantêm os territórios vivos.

Um dos eixos centrais do estágio foi a sistematização da experiência histórica do Grupo Mulher Maravilha, especialmente de sua atuação durante e após a Ditadura Civil-Militar. O contato com essa trajetória evidenciou como as mulheres, sobretudo negras e periféricas, sempre estiveram na linha de frente da resistência política, mesmo quando seus trabalhos foram invisibilizados ou deslegitimados. A memória coletiva apareceu, assim, como ferramenta pedagógica e política, permitindo às mulheres reconhecerem-se como sujeitas históricas, produtoras de conhecimento e guardiãs da vida no território.

Figura 15 - Ação de organização de fotografias e registros históricos do Grupo Mulher Maravilha, destacando a sistematização da memória coletiva como ferramenta pedagógica e política.



Fonte: Acervo do Grupo Mulher Maravilha (2025).

Outro aprendizado marcante no ESO II foi o resgate da memória biocultural relacionada às plantas medicinais, compreendidas como práticas tradicionais de cuidado construídas historicamente pelas mulheres. Diferentemente do ESO I, onde o foco esteve na produção e comercialização, aqui o aprendizado se deu a partir da oralidade, da escuta e da partilha de experiências. As mulheres relataram o uso das plantas no cuidado com crianças, idosos e com elas mesmas, revelando como esse saber esteve, por muito tempo, associado à sobrevivência das famílias trabalhadoras.

Esse processo também evidenciou as rupturas provocadas pela medicalização da vida e pela desvalorização dos saberes populares. Muitas mulheres relataram que práticas antes comuns passaram a ser substituídas pela dependência da medicina convencional, o que reforça a necessidade de ações educativas voltadas ao resgate e à valorização desses conhecimentos. Nesse sentido, Melo, Santos e Coelho-Ferreira (2021) destacam que a educação em saúde baseada no diálogo entre saberes populares e científicos fortalece a autonomia das pessoas e amplia as possibilidades de autocuidado.

O acompanhamento das práticas relacionadas ao beneficiamento de plantas aromáticas e medicinais, especialmente na produção dos travesseiros terapêuticos, ampliou minha compreensão sobre o trabalho invisível realizado pelas mulheres. Mesmo sem a vivência direta na Horta de Alice, o aprendizado ocorreu por meio da sistematização oral conduzida por Dona Menta (Maria do Livramento), integrante histórica do Grupo Mulher Maravilha. Essa experiência reforçou que o conhecimento agroecológico não depende exclusivamente da

presença física no espaço produtivo, mas se constrói também por meio da confiança, da memória e das relações estabelecidas entre as mulheres.

No contexto do Estágio Supervisionado Obrigatório II, a vivência junto ao Grupo Mulher Maravilha evidenciou ainda que o bordado ultrapassa a dimensão técnica ou artesanal, constituindo-se como uma prática histórica de resistência, geração de renda, formação política e fortalecimento da autonomia das mulheres trabalhadoras do território de Nova Descoberta. O bordado, nesse espaço, é compreendido como uma ferramenta pedagógica que articula memória, identidade, trabalho e luta coletiva, dialogando diretamente com a trajetória histórica do grupo desde sua fundação, em 1975.

A atuação de Dona Menta é central nesse processo. Integrante do Grupo Mulher Maravilha desde 1984, Dona Menta atua, ao longo de décadas, como educadora popular, professora de bordado, crochê e outras práticas manuais, contribuindo de forma contínua para a formação de mulheres da comunidade. Seu tempo de dedicação ao ensino no grupo não se limita a um período pontual, mas constitui uma trajetória de longa duração, marcada pela transmissão intergeracional de saberes, pelo cuidado coletivo e pela construção da autonomia feminina a partir do trabalho manual. Conforme registrado na história do grupo, Dona Menta exerceu diferentes funções, incluindo a docência e a participação na organização interna, reforçando o caráter coletivo e horizontal da educação popular desenvolvida nesse espaço.

Figura 16 - Dona Menta ministrando aula de bordado e crochê no Grupo Mulher Maravilha.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

O curso de bordado, com duração de seis meses, integra essa tradição formativa do Grupo Mulher Maravilha, articulando aprendizagem técnica, convivência comunitária e formação cidadã. Assim como observado historicamente, os cursos ofertados pelo grupo sempre estiveram vinculados à participação das mulheres em debates sobre direitos, cidadania, democracia e justiça social, reafirmando a perspectiva freiriana de educação como prática de liberdade (Freire, 1987).

Figura 17 - Mulheres integrantes do Grupo Mulher Maravilha recebendo certificado do curso de bordado, refletindo a articulação entre aprendizagem técnica, memória e autonomia feminina.



Fonte: Acervo do Grupo Mulher Maravilha (2025).

Ao refletir sobre o que aprendi com meus estágios, percebo que o ESO I e o ESO II se complementam profundamente. O primeiro me ensinou sobre organização produtiva, redes de comercialização e incidência política das mulheres; o segundo me ensinou sobre tempo, cuidado, escuta e memória ambos reafirmaram que o feminismo popular se materializa nas práticas cotidianas de cuidado, organização coletiva e partilha de saberes, expressando-se no mutirão da horta, na roda de conversa, no bordado, no preparo do chá medicinal e na troca de histórias de vida.

Como educadora e agroecóloga em formação, o ESO II me levou a compreender a importância de práticas educativas sensíveis, que respeitem os tempos das mulheres e valorizem os saberes construídos ao longo da vida. Sugiro, a partir dessa experiência, que os processos de formação em agroecologia incorporem, de forma mais consistente, metodologias de sistematização de experiências, educação popular e cuidado, reconhecendo o trabalho imaterial das mulheres como dimensão central da sustentabilidade dos territórios.

O Estágio Supervisionado Obrigatório II reafirmou, por fim, meu compromisso com uma agroecologia que não separa produção e reprodução, técnica e afeto, política e cuidado uma agroecologia construída pelas mulheres trabalhadoras, a partir de suas memórias, de seus saberes e de suas formas coletivas de resistência.

4. CONCLUSÃO

Concluir este memorial é, para mim, um exercício profundo de retorno e de projeção. Ao revisitar minha trajetória, percebo que cada experiência vivida ao longo do curso de Bacharelado em Agroecologia não se deu de forma isolada, mas como parte de um processo contínuo de formação humana, política e profissional. Olhar para trás não significa permanecer no passado, mas compreender os caminhos que me trouxeram até aqui e reconhecer as transformações que aconteceram em mim ao longo desse percurso.

Hoje, me reconheço como uma agroecóloga em formação que carrega consigo não apenas conhecimentos técnicos, mas uma compreensão ampliada da agroecologia como

ciência, prática e movimento social. Sou fruto da agricultura familiar, da vida no campo e na periferia, dos saberes das minhas avós, da força da minha mãe e das mulheres que me antecederam. Ao longo da graduação, esses saberes ganharam novos sentidos ao dialogarem com o conhecimento acadêmico, com a educação popular, com o feminismo popular e com a economia solidária. Esse encontro me permitiu compreender que a agroecologia que defendo e pratico é aquela que coloca a vida no centro, que reconhece o protagonismo das mulheres e que se constrói a partir dos territórios e de suas realidades concretas.

As principais aprendizagens que levo comigo dizem respeito, sobretudo, à compreensão de que não existe agroecologia sem organização coletiva, sem diálogo de saberes e sem compromisso político. Aprendi que as feiras agroecológicas, as hortas comunitárias, os quintais produtivos, as redes de comercialização solidária e os coletivos de mulheres são espaços de produção de alimentos, mas também de produção de conhecimento, de autonomia e de resistência. Levo na mala a certeza de que as mulheres agricultoras urbanas, camponesas, quilombolas e periféricas são educadoras populares, guardiãs de saberes e protagonistas da construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

As experiências vividas nos Estágios Supervisionados Obrigatórios, especialmente junto à Sementeira Esperança, à Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz, ao Grupo Mulher Maravilha e à Ecofeira da UFRPE, marcaram de forma definitiva minha formação. Foi nesses espaços que compreendi, na prática, a potência da agroecologia urbana, da economia solidária e do feminismo popular como estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais, de gênero e territoriais. Essas vivências reforçaram meu desejo de seguir atuando junto às mulheres, fortalecendo processos de organização coletiva, geração de renda, soberania alimentar e valorização dos saberes tradicionais.

Ao finalizar este memorial, compreendo que meu percurso formativo não se encerra aqui. Pelo contrário, ele se reinventa. Meus planos para o futuro estão diretamente ligados à continuidade da minha atuação nos territórios populares, tanto no campo quanto na cidade, articulando agroecologia, educação popular e economia solidária. Desejo seguir contribuindo com processos de formação, assessoria técnica e social, extensão universitária e pesquisa comprometida com a transformação social, fortalecendo redes de mulheres e iniciativas agroecológicas que promovam autonomia, cuidado e justiça social.

Esse projeto de futuro também se conecta profundamente com minha vida pessoal. Carrego comigo a responsabilidade de honrar a história da minha família e das mulheres que me formaram, reafirmando diariamente que permanecer no campo, na agroecologia e na luta coletiva é uma escolha política. Em um contexto marcado por crises ambientais, sociais e alimentares, reafirmo meu compromisso com a defesa da vida, da terra e dos territórios, compreendendo a agroecologia como um caminho possível e necessário para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

Assim, encerro este memorial consciente de que cada ciclo que se fecha abre outros tantos. Chego ao final deste trabalho não como alguém que conclui, mas como alguém que segue em movimento, em permanente construção. Levo comigo aprendizados, afetos, inquietações e sonhos. E sigo, com os pés fincados no território e o olhar voltado para o coletivo, acreditando que transformar o mundo começa, sempre, pela transformação de nós mesmas.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulino de Jesus. Reforma agrária, território e desenvolvimento no Brasil. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 17, n. 24, p. 34-51, 2014.

ALTIERI, MIGUEL. AGROECOLOGIA: BASES CIENTÍFICAS PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL. 3. ED. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2012.

ANJOS, CAIO JOSÉ FLORÊNCIO DOS; SILVA, ADRIANO EZEQUIEL. PLANTAS MEDICINAIS: UM GUIA PRÁTICO. ARACAJU: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, 2019. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://REPOSITORIO.IFS.EDU.BR/BIBLIOTECA/HANDLE/123456789/1104>. ACESSO EM: JAN. 2026.

CAPORAL, FRANCISCO ROBERTO; COSTABEBER, JOSÉ ANTÔNIO. AGROECOLOGIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTILOS DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEIS. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2004.

CASTRO, NAILTON R. DE; CASTRO, EDNA DA F. S.; LIRA, WAGNER LINS; SILVA, TANIA M. S. DA. RELAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS E A AGROECOLOGIA. CADERNOS PEDAGÓGICOS, v. 21, n. 5, 2025. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://OJS.STUDIESPUBLICACOES.COM.BR/OJS/INDEX.PHP/CADPED/ARTICLE/VIEW/4306>. ACESSO EM: OUT. 2025.

CHAUÍ, MARILENA. CULTURA E DEMOCRACIA: O DISCURSO COMPETENTE E OUTRAS FALAS. SÃO PAULO: CORTEZ, 2006.

FEDERICI, SILVIA. CALIBÃ E A BRUXA: MULHERES, CORPO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA. SÃO PAULO: ELEFANTE, 2017.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2ªed. Ed. UFRGS. Porto Alegre, 2000.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JARA HOLLIDAY, OSCAR. PARA SISTEMATIZAR EXPERIÊNCIAS. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006.

MALVEZZI, Roberto. Semiárido: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. Disponível em: https://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/Semiarido_uma_visao_holistica.pdf. Acesso em: jan. 2026.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. CARTA DE PRINCÍPIOS. SÃO PAULO, 2014.

MARZALL, KATIA. FATORES GERADORES DA AGROBIODIVERSIDADE: INFLUÊNCIAS SOCIOCULTURAIS. REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, V. 2, N. 1, FEV. 2007. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://AGROECOLOGIA.ORG.BR/REVISTA/CAD/ARTICLE/VIEW/1911/1740](https://agroecologia.org.br/revista/cad/article/view/1911/1740). ACESSO EM: 27 DEZ. 2025.

MELO, P. M. C. O.; SANTOS, R. S.; COELHO-FERREIRA, M. DINÂMICAS DE CONHECIMENTO E USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM UM ASSENTAMENTO RURAL DE BELÉM DO PARÁ – PA. RODRIGUÉSIA [ONLINE], V. 72, 2021.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RETIÈRE, MORGANE ISABELLE HELÈNE. AGRICULTORES INSERIDOS EM CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: MODALIDADE DE VENDA E ADAPTAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS. 2014. TESE (DOUTORADO) – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”, CENTRO DE ENERGIA NUCLEAR NA AGRICULTURA, PIRACICABA, 2014. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://DOI.ORG/10.11606/D.91.2014.TDE-06102014-160246](https://doi.org/10.11606/D.91.2014.TDE-06102014-160246). ACESSO EM: 20 JAN. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILIPRANDI, EMMA. MULHERES E AGROECOLOGIA: TRANSFORMANDO O CAMPO, AS FLORESTAS E AS PESSOAS. RIO DE JANEIRO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2015.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. *La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*. Barcelona: Icaria Editorial, 2009.

TOLEDO, VÍCTOR MANUEL; BARRERA-BASSOLS, NARCISO. A MEMÓRIA BIOCULTURAL: A IMPORTÂNCIA ECOLÓGICA DAS SABEDORIAS TRADICIONAIS. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2015.

VILAR, Daniela de Araújo; VILAR, Marina Suênia de Araújo; BRANDÃO, Mariana Plácido; ANJOS, Caio José Florêncio dos; SILVA, Adriano Ezequiel. Plantas medicinais: um guia prático. Aracaju: IFS, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1104>. Acesso em: set. 2025.